



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



NATHANIELY DA CONCEIÇÃO ALVES

**Análise da produção e sistematização da categoria financeirização na área
de produção do conhecimento do Serviço Social**

MARIANA

2026

NATHANIELY DA CONCEIÇÃO ALVES

**Análise da produção e sistematização da categoria financeirização na área
de produção do conhecimento do Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP,
como requisito final para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Professor Dr. Rodrigo Fernandes
Ribeiro

Mariana, Minas Gerais

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A474a Alves, Nathaniely Da Conceicao.

Análise da produção e sistematização da categoria financeirização na área de produção do conhecimento do Serviço Social. [manuscrito] / Nathaniely Da Conceicao Alves. - 2026.

74 f.: il.: , gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capital (Economia). 2. Capitalismo. 3. Financeirização. 4. Orçamento. 5. Serviço social. I. Fernandes Ribeiro, Rodrigo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nathaniely da Conceição Alves

Análise da produção e sistematização da categoria financeirização na área de produção do conhecimento do Serviço Social

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de julho de 2026

Membros da banca

[Doutor] - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Doutor] - Davi Machado Perez - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Mestre] - Fernando Gonçalves Ferreira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/07/2026



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/08/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1149865** e o código CRC **C723BF06**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de registrar os meus agradecimentos ao meu orientador, professor Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro. Através de suas orientações, acolhimento, diálogo e respeito, tive excelentes experiências no percurso da graduação. Desde a disciplina de Trabalho e Sociabilidade, disciplina esta que me gerou grande interesse em ampliar os meus entendimentos sobre a esfera das relações da centralidade do trabalho no modo de produção capitalista e, sobretudo, atrelado ao contexto histórico de reprodução e ampliação deste modo de produção. Posteriormente, tive a oportunidade de ser monitora nesta disciplina. Participei, mesmo que breve, do Projeto de Extensão Observatório do Sujeito Coletivo do Trabalho e tive o prazer de realizar uma Iniciação Científica. Assim como esta monografia, todas estas atividades tive a satisfação de ser orientada pelo professor.

Rodrigo, serei eternamente grata pelas oportunidades. Diante às adversidades, sempre conciliando a faculdade com trabalhos, longe de familiares e conhecendo o mundo, você foi muito além! Me mostrou que todos somos potencialidades, que somos capazes e que podemos tentar.

Agradeço à minha tia Alessandra (em memória). Graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto no curso de Jornalismo. Tia Lé, como carinhosamente a chamo, foi a primeira pessoa na família a acessar uma universidade. Sua trajetória também não foi fácil, mas acreditava que a educação era o caminho. Durante minha infância e adolescência, sempre contava sobre a UFOP, e como gostaria de ver os seus acessando esse espaço e seguia assim, sempre nos incentivando. Em março de 2021, tia Lé foi uma das vítimas fatais da COVID-19. Iniciei o curso de graduação em setembro do mesmo ano e sempre penso como ela estaria orgulhosa. Registro aqui, os meus agradecimentos especiais à ela. Pelo incentivo, encorajamento e por sempre ter mostrado que existiam caminhos fora daqueles que eu imaginava.

Registro os meus agradecimentos aos meus pais, pelos incentivos e me proporcionar coragem em trilhar o meu próprio caminho.

Um agradecimento à minha irmã Natália, minha incondiente e profunda incentivadora.

Agradeço aos meus amigos: Nadderson, Paula, Beatriz e minha amiga Gabriela, que tão bem me acolheu em Belo Horizonte. Saibam, que durante todo esse percurso, vocês foram peças fundamentais e tornaram tudo mais leve e possível.

Um agradecimento especial ao Arthur, meu namorado. Que desde 2022 me

acompanha, incentiva e fortalece toda essa jornada.

Agradeço às amigadas que fiz durante os meus períodos de estágios, em especial à Vanessa (supervisora), Isabela e Darlian, também colegas da UFOP. Vocês tornaram as minhas manhãs mais leves, muito obrigada!!

Agradeço ao professor Dr. Reginaldo Cordeiro dos Santos, que mesmo não mais compondo o corpo docente do Departamento de Serviço Social da UFOP, deixo aqui o meu registro. Durante os meus períodos de estágios, o professor foi determinante. Sempre me encorajando à materializar os meus ideais, conseguimos, juntos, realizar um Projeto de Intervenção que me deixa orgulhosa e feliz sempre que me recordo. Guardarei para sempre sua lembrança com muito carinho, respeito e gratidão!

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, por proporcionar um espaço de extrema qualidade e gratuito. Contando com um corpo docente capacitado e atualizado, fazendo com que, estudantes como eu, concluam a etapa da graduação com o sentimento de satisfação.

Por último, e não menos importante, agradeço a mim! Pela coragem, força, disposição e ousadia em tentar caminhos desconhecidos. O que faço não é apenas por mim, é pelos meus, por tudo o que representam em minha trajetória, e por aqueles que ainda virão, na esperança de contribuir para um futuro mais digno e diverso em possibilidades.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo a análise e sistematização da produção acadêmica em Serviço Social acerca da categoria financeirização. Para isso, antes da realização das análises documentais, fez-se necessária a compreensão de fundamentos teóricos que sustentam esse fenômeno, através de reflexões quanto às características do modo de produção capitalista e suas transformações. Posteriormente, foram analisados artigos das principais revistas na área, sendo a *Serviço Social e Sociedade*, *Katálisis* e *Argumentum* com o intuito de analisar suas principais características e tendências teóricas e quantitativas no período de 2009 a 2024. Esta pesquisa parte do pressuposto de que a financeirização corresponde à uma redefinição do caráter acumulativo do modo de produção capitalista, reproduzindo impactos significativos frente à atuação do Estado. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho documental que busca as análises qualitativas e quantitativas, relacionada ao método materialista histórico-dialético. Inicialmente foram analisados artigos considerando suas distribuições temporais e, posteriormente, foram realizadas análises quanto à abordagem destas e expostos os principais temas e perspectivas relacionados. Dentre os principais temas destaco a atuação do fundo público neste contexto de capitalismo contemporâneo, os impactos frente às políticas públicas e o avanço do neoliberalismo.

Palavras-chave: Financeirização; Capital portador de juros; Capitalismo contemporâneo; Fundo público.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to analyze and systematize the academic production in Social Work concerning the category of financialization. To achieve this objective, prior to the documentary analysis, it was necessary to examine the theoretical foundations underlying this phenomenon through a discussion of the capitalist mode of production and its historical transformations. Subsequently, articles published in the leading Brazilian Social Work journals *Serviço Social & Sociedade*, *Katálisis*, and *Argumentum* were analyzed to identify their main characteristics, as well as the theoretical and quantitative trends in the academic production between 2009 and 2024. This study is based on the understanding that financialization represents a contemporary configuration of capitalist accumulation, generating significant impacts on the State, public policies, and the living and working conditions of the working class. Methodologically, this research adopts a documentary approach, combining qualitative and quantitative analyses grounded in the historical-dialectical materialist method. The articles were first examined according to their chronological distribution and subsequently analyzed with regard to their theoretical approaches, thematic emphases, and principal analytical trends. The findings reveal that the most recurrent themes include financialization, the public fund, social policies, social security, neoliberalism, counter-reforms of the State, and the commodification of social rights. The study concludes that financialization has become a central analytical category in the Social Work literature, contributing to a critical understanding of the transformations of contemporary capitalism and their implications for social protection and the social question.

Keywords: Financialization; Social work; Contemporary capitalism; Social policies; Public fund.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Método das Estruturas Históricas apresentado pelo autor.....	35
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Quantitativo de publicações sobre categorias relacionadas à categoria financeirização.....	43
---	-----------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos artigos publicados sobre a categoria financeirização no período de 2009 a 2024.	43
TABELA 2 – Análise quantitativa pelo decorrer dos anos de 2009 a 2024	44

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

BPC – Benefício de Prestação Continuada

DRU – Desvinculação das Receitas da União

EUA – Estados Unidos da América

FIRE – *Finance, Insurance and Real Estate*

FMI – Fundo Monetário Internacional

FT – Força de Trabalho

FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases (da Educação)

MP – Medida Provisória

MP – Meios de Produção

NAF – Novo Arcabouço Fiscal

OMC – Organização Mundial do Comércio

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PTR – Programas de Transferência de Renda

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OS FUNDAMENTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA TEORIA DO VALOR-TRABALHO EM MARX	16
2.1 O modo de produção capitalista	16
2.2 Elementos da reprodução do capital: capital financeiro, sistema de crédito, capital portador de juros e expropriação financeira	21
2.3 O capitalismo após a década de 1960 e financeirização	26
2.4 A crise de 2008	31
2.5 Consenso e coerção apresentados por Antônio Gramsci sob uma perspectiva contemporânea financeirizada	32
3. A CATEGORIA FINANCEIRIZAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL	37
3.1 A produção científica na área do serviço social	37
3.2 Análise sobre a categoria financeirização na produção científica do Serviço Social	41
3.3 A discussão qualitativa da produção acadêmica sobre financeirização	45
3.4 Principais tendências analíticas sobre a abordagem de construções acadêmicas em Serviço Social acerca da categoria financeirização	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	62
APÊNDICE A - TABELA - RELAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS NA PESQUISA – REVISTAS SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, <i>KATÁLYSIS</i> E <i>ARGUMENTUM</i>.	62

1. INTRODUÇÃO

Diante às minhas inquietações e busca pela compreensão contemporânea das relações que norteiam o modo de produção capitalista, despertadas, principalmente durante minhas pesquisas e elaborações na iniciação científica intitulada como *Crédito Consignado para o benefício socioassistencial do Auxílio Brasil: aprofundamento da expropriação financeira em tempos de ofensiva reacionária do Capital* (Alves, 2024). Busquei, na presente pesquisa, fundamentar a categoria financeirização e apresentar como esta categoria tem sido abordada e sistematizada na produção acadêmica de Serviço Social.

Com o objetivo de analisar os temas abordados e possíveis contribuições frente às transformações do capitalismo contemporâneo, torna-se essencial identificar como o Serviço Social vem se apropriando da temática e de que forma a compreende e como tem buscado responder aos desafios impostos à profissão.

Como metodologia de análise, busquei, em três das principais revistas da área do Serviço Social, em seus respectivos sites eletrônicos, a temática acerca da financeirização fazendo-se a busca de palavras como “financeirização”, “mercado financeiro”, “capital portador de juros”, etc., contemplando o período de 2009 a 2024, pela hipótese de que neste período, a produção acadêmica tivesse adquirido relevância e se apossado da temática acompanhando o aprofundamento das transformações do capitalismo contemporâneo. Posteriormente, foram analisados de forma detalhada, os dois artigos mais recentes e os dois primeiros publicados de cada revista.

A escolha do tema deu-se a partir de análises e entendimentos de que a partir da crise estrutural da década de 1970, grandes transformações foram acarretadas com relação à acumulação do capital e, neste contexto, a categoria financeirização estabeleceu-se como uma categoria essencial para compreensão das relações do modo de produção capitalista e também da sociabilidade neste modo de produção.

Contemporaneamente, vivemos em um contexto caracterizado pela grande influência do capital portador de juros, do capital fictício e pela expansão do mercado financeiro. Estas características, possibilitam que o capitalismo intensifique suas expropriações e contradições, afetando, como veremos no decorrer desta pesquisa, as relações que norteiam o trabalho, políticas sociais, fundo público. Ou seja, possui impactos diretamente direcionados à classe trabalhadora.

A intensiva expropriação financeira afeta a vida da classe trabalhadora, através de contrarreformas, da precarização do trabalho, do endividamento, do aumento de concessões de créditos sem que se realize uma mudança estrutural, de privatizações de serviços públicos, mercantilização de direitos básicos como saúde, educação etc. Estas características são

expressas também quando analisamos o contexto brasileiro e suas particularidades como país economicamente dependente de países considerados centrais. No contexto brasileiro, a financeirização desenvolve-se de forma cada vez mais intensa sobre o Estado e é diante deste cenário que se insere a presente pesquisa.

Esta pesquisa está estruturada em dois capítulos. O primeiro, intitulado como *Os fundamentos da financeirização na teoria do valor-trabalho* que busco elementos teóricos para fundamentar a compreensão acerca da financeirização. Para isso, em seu decorrer se fez necessário dar luz às categorias da economia crítica marxista, especialmente sobre a centralidade da categoria trabalho, a teoria do valor-trabalho, os ciclos de reprodução do capital e produção de valor e de mais-valor.

Posteriormente, trago análises quanto às transformações estruturais do capitalismo contemporâneo a partir da década de 1970 e destaco a relação da financeirização como mecanismo de intensificação da acumulação capitalista. Relato sobre a expansão do capital fictício e as condições de reprodução da classe trabalhadora.

Para além, contei com as contribuições acadêmicas formuladas de diversos autores como Antônio Gramsci, e suas considerações acerca das categorias de consenso e coerção e François Chesnais, quanto às suas contribuições acerca da financeirização e a relação com o neoliberalismo.

No segundo capítulo, intitulado como *A categoria financeirização na produção acadêmica do Serviço Social*, apresento os critérios metodológicos e de seleção da pesquisa e sua sistematização da produção acadêmica acerca do tema. Diante os resultados, foram realizadas análises tanto quantitativas quanto qualitativas, identificando a distribuição no decorrer do período determinado dos anos entre 2009 e 2024 e a evolução dos temas predominantemente apresentados, evidenciando suas contribuições e compreensões do Serviço Social quanto a sua compreensão do fenômeno de financeirização.

2. OS FUNDAMENTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA TEORIA DO VALOR-TRABALHO EM MARX

O capitalismo, em suas diferentes épocas, busca transformar-se e adequar-se para elevar sua capacidade de ampliação e expropriação. Contemporaneamente, assistimos a financeirização do capital, marcado pela crescente centralidade do setor financeiro na dinâmica da economia global. Esta modificação intensificou as formas autonomizadas do capital, sua reprodução e expropriação da força de trabalho. Ao decorrer do capítulo, é objetivado a elucidação das categorias fundamentais para a compreensão deste fenômeno, apresentando suas contradições, intenções, complexidades e fundamentos.

2.1 O modo de produção capitalista

Uma análise rigorosa e fundada na concreticidade da realidade social requer, como pressuposto metodológico, a centralidade ontológica da categoria trabalho na sociabilidade. Isso decorre do entendimento que o trabalho constitui a categoria fundante do ser social, sendo a interferência primordial através da qual os seres humanos produzem não apenas os meios de subsistência, mas a própria vida em sociedade. Desse modo, compreender as múltiplas determinações que conformam a realidade social implica apreender como o trabalho é historicamente organizado, apropriado, distribuído no interior das relações de produção e introduzido como modelo de sociabilidade do ser social.

O trabalho, no modo de produção capitalista, alterou a forma como o trabalho se reproduz em sua gênese. Anteriormente, o trabalho possuía como base somente o seu caráter mediador entre homem e natureza, como cita Marx (2013, p. 255): “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

O processo de trabalho faz inteiramente parte do ser social. Desde os tempos remotos até a atualidade, o homem adquire através da natureza os meios de trabalho, como pedras, metais, madeiras e, também, os objetos de trabalho como os campos, rios, dentre tantos outros exemplos. O ser social superou o “estágio estabilizado” do ser orgânico. Ele se modifica no decorrer do tempo, pela capacidade de mediações, posições teleológicas, ciência e desenvolvimento da tecnologia etc.

O homem, ou seja, o ser social, se diferencia dos demais seres vivos pela sua capacidade de pôr teleológico, sua capacidade de projeção sobre o objeto, o que permite o mesmo, possuir a capacidade da constante alteração no parâmetro do trabalho. Na obra *Para*

uma ontologia do ser social II, György Lukács (2013) buscou compreender a essência do ser social a partir de uma ontologia materialista. Buscou compreender como o ser social se diferencia dos outros seres vivos em patamar de natureza e refletiu sobre algumas características essenciais do ser social. Para Lukács, o ser social é detentor da práxis social, a ação consciente capaz de modificar a realidade e, concomitante, atrelada à mediações, como a cultura, por exemplo. O ser social constrói a sociedade e, sobretudo, a sua própria história.

Marx (2013) faz uma comparação ao utilizar o exemplo de um trabalho humano e de um trabalho animal, equiparando a aranha e o tecelão, a abelha e o arquiteto.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (Marx, 2013, p. 327).

O processo de trabalho permeia a sociabilidade, então até mesmo o trabalho passa por adequações e funções para com a sociedade. O trabalho humano se transforma conforme os anos e há de se manter reiteradamente em renovações. Estamos em constantes transformações; principalmente, pelas mudanças tecnológicas geradas pelos próprios homens e, enquanto isso, o trabalho animal é inteiramente instintivo, não programável ou planejado.

Se nos primórdios dos tempos o trabalho era a fonte principal para a garantia da subsistência, no sentido de produzir os próprios alimentos e objetos de uso, no capitalismo o trabalho ganha um novo caráter. Nele, é atribuído o valor, que perpassa tanto o trabalho abstrato - que é social, ligação entre ação/relação, riqueza construída - quanto o trabalho concreto - que articula distintas formas de atividades produtivas, como as desempenhadas pelos assistentes sociais, professores, mineradores, engenheiros etc.

Podemos nomear dois tipos de valores: o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso, como o nome já supõe, é o valor designado àquela mercadoria, equiparado ao seu uso, *status*, gerado do trabalho concreto e não necessariamente pressupõe a mercadoria. Já o valor de troca, é estimado pelo tempo socialmente necessário para produção.

Mercadoria é aquele produto que satisfaz uma necessidade e tem valor de troca. Para Karl Marx:

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como

mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor (Marx, 2013, p. 118-119).

No capitalismo, a força de trabalho transforma-se em mercadoria e, sobretudo, a única mercadoria capaz de produzir valor. O trabalhador vende a sua mercadoria, sua força de trabalho, venda essa, baseada no tempo e não necessariamente no que se é produzido. Ou seja, no capitalismo, o tempo determina a grandeza de valor de uma mercadoria.

O trabalhador realiza seu trabalho além das horas de trabalho necessárias, gerando um grande excedente que é expropriado pelo comprador de sua força de trabalho. Esse valor expropriado denomina-se “mais valia”, ou “mais-valor”

O processo de produção e reprodução do capital é indicado por Marx, a partir da seguinte equação: $D - M - P - M' - D'$. Nessa equação, D – dinheiro ou capital; M – mercadorias (sendo FT – Força de Trabalho; MP – Meios de Produção); P – Produção; M' – Mercadoria acrescido da mais valia; D' – Dinheiro acrescido da mais valia. Em sua obra, *O Capital - Livro I*, Marx (2013, p. 26) descreveu:

D - M representa a conversão de uma soma de dinheiro em soma de mercadorias; para o comprador, a transformação de seu dinheiro em mercadorias; para os vendedores, a transformação de suas mercadorias em dinheiro. O que faz desse ato da circulação geral de mercadorias ao mesmo tempo parte fundamentalmente determinada do ciclo autônomo de um capital individual não é, em primeira instância, a forma do ato, mas seu conteúdo material, o caráter especificamente útil das mercadorias que trocam de lugar com o dinheiro. São por outro lado, meios de produção, por outro, força de trabalho, fatores materiais e pessoais da produção de mercadorias, cuja espécie particular deve, naturalmente, corresponder ao tipo de artigo a ser produzido.

A equação é um modo simplificado ao qual Marx buscou elucidar o complexo processo de exploração da força de trabalho, o aumento da produção e reprodução do capital de uma forma já complexificada.

Em sociedades primitivas, suas produções e reproduções baseavam-se em necessidades imediatas e eram relacionadas à vida em seu coletivo. Traçando um período histórico e chegando em sociedades subsequentes, aquelas com maior grau de complexidade, exemplifico sociedades firmadas pelo feudalismo e aquelas civilizações regidas através do escravismo antigo como em Roma e Grécia. Nessas sociedades de classes, as produções de um excedente tornaram-se o objetivo à ser explorado pela classe dominante.

Chegando na contemporaneidade, com o predomínio do modo de produção capitalista, a produção de mercadorias passa a ocupar posição central na organização da vida econômica e

social. Nesse contexto, a mercadoria assume papel fundamental, pois ela reúne simultaneamente o valor de uso — isto é, sua capacidade de satisfazer necessidades humanas — e o valor de troca, que corresponde ao valor atribuído socialmente a ela no processo de circulação e comercialização.

Entretanto, no sistema capitalista, o interesse principal não reside apenas na utilidade social da mercadoria, mas sobretudo em sua capacidade de gerar lucro e ampliar o capital investido. A produção capitalista é organizada de maneira a possibilitar a extração do mais-valor, conceito formulado por Karl Marx para explicar a lógica de exploração presente nas relações de trabalho. O mais-valor é produzido a partir da diferença entre o valor gerado pelo trabalhador durante sua jornada de trabalho e o valor que lhe é pago em forma de salário. Assim, o trabalhador produz uma riqueza superior àquela que recebe, e essa diferença é apropriada pelos proprietários dos meios de produção.

Dessa forma, a mercadoria deixa de representar apenas um objeto útil e passa a expressar relações sociais marcadas pela exploração da força de trabalho e pela busca incessante da acumulação. O capitalismo transforma o trabalho humano em elemento essencial para a valorização do capital, subordinando as necessidades sociais à dinâmica do mercado e do lucro. Nesse processo, a expansão da produção, o aumento da produtividade e o desenvolvimento tecnológico não ocorrem prioritariamente para promover bem-estar coletivo, mas para intensificar a competitividade e garantir maiores taxas de acumulação capitalista.

Além disso, a predominância da lógica mercantil faz com que diferentes dimensões da vida social sejam progressivamente transformadas em mercadoria; isto, incluindo a própria força de trabalho. É evidente que o capitalismo não se limita a um sistema econômico, mas constitui uma forma de organização político-social que interfere nas relações econômicas, culturais e sociais, estruturando desigualdades e consolidando relações de poder e subalternização entre classes sociais.

A *lei geral da acumulação capitalista*, elaborada por Karl Marx (2013), explica como o desenvolvimento do capitalismo está diretamente ligado ao aumento da riqueza para a classe dominante e, ao mesmo tempo, ao aprofundamento das desigualdades sociais para a classe trabalhadora. Para Marx, a acumulação capitalista ocorre a partir da apropriação do mais-valor produzido pelos trabalhadores, permitindo que o capital se expanda continuamente por meio do reinvestimento dos lucros na produção.

Nesse processo, destacam-se os fenômenos de centralização e concentração do capital, fundamentais para compreender a dinâmica do capitalismo. A concentração do capital refere-se ao crescimento do capital nas mãos de um mesmo proprietário ou grupo econômico,

resultado do acúmulo progressivo de lucros obtidos pela exploração do trabalho. Já a centralização do capital ocorre quando empresas maiores absorvem ou eliminam empresas menores, por meio de fusões ou incorporações. Assim, o sistema capitalista tende a concentrar riquezas e poder econômico em um número cada vez menor de grupos empresariais.

Esse movimento intensifica as desigualdades sociais e fortalece o domínio da burguesia sobre os meios de produção. Com o avanço tecnológico e a busca constante pelo aumento da produtividade, os detentores do capital passam a investir cada vez mais em máquinas e tecnologias capazes de substituir a força de trabalho humana. Embora isso aumente a capacidade produtiva, também gera desemprego estrutural e intensifica a precarização das relações de trabalho.

É neste contexto que Marx desenvolve o conceito de pauperização. A pauperização corresponde ao empobrecimento da classe trabalhadora, que pode ocorrer de forma absoluta ou relativa, quando a riqueza produzida socialmente aumenta mais para a classe burguesa do que para os trabalhadores. Assim, mesmo que existam avanços tecnológicos e crescimento econômico, grande parte da população continua vivendo em condições precárias, sem acesso mínimo à riqueza socialmente produzida.

Concomitantemente, existe o chamado exército industrial de reserva, conceito utilizado por Marx para designar a massa de trabalhadores desempregados, subempregados ou em condições instáveis de trabalho que permanece disponível para o mercado. O exército industrial de reserva é interessante e vantajoso ao capitalismo porque permite pressionar salários para baixo e “disciplinar” os trabalhadores empregados, que passam a aceitar condições cada vez mais precárias por medo do desemprego. Dessa forma, o desemprego não é visto como um simples problema ocasional, mas como um elemento estruturante do próprio sistema capitalista.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (Marx, 2013, p. 858).

Portanto, a lei geral de acumulação capitalista evidencia que o capitalismo produz riqueza e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que amplia a exploração, a desigualdade social e as múltiplas expressões da “questão social”. A concentração de riqueza, a formação do exército industrial de reserva e a pauperização da classe trabalhadora revelam

as contradições centrais desse modo de produção e demonstram que a desigualdade não é um fenômeno acidental, mas inerente à lógica de funcionamento do modo de produção capitalista.

2.2 Elementos da reprodução do capital: capital financeiro, sistema de crédito, capital portador de juros e expropriação financeira

No livro II de *O Capital*, Marx elabora os conceitos de ciclos do capital para expor como o capital movimenta-se continuamente em seu processo de produção e circulação. No capítulo anterior desta elaboração, apresentei a fórmula geral também desenvolvida por Marx, $D - M (ft+mp) - P - M' - D'$. Porém, cabe ressaltar que este não é um processo harmônico do capital, pois depende de diversos fatores e podemos analisá-lo sob três aspectos distintos, mas complementares.

Primeiramente, ao analisarmos o ciclo do dinheiro do capital, identificamos a seguinte forma: $D - M \dots P \dots M - D'$. Nela, é possível observar que se inicia na forma de dinheiro e finaliza-se em forma de dinheiro acrescido. Ou seja, o objetivo dessa relação não é puramente a troca de mercadorias, mas sim, a valorização do valor investido inicialmente. Essa valorização ocorre durante o ciclo, mas na etapa de produção, através da extração do mais-valor, o que demonstra que a origem do lucro, apesar de no primeiro momento apresentar-se como compra e venda de mercadorias, está intimamente conectada à exploração da força de trabalho.

Posteriormente analisamos o ciclo do capital produtivo, exposto pela seguinte forma: $P \dots M' - D' - M \dots P$. Nela, é evidenciado que a produção é o próprio núcleo da valorização do capital, uma vez que é nele que ocorre a extração do mais-valor. Além do mais, a reprodução do capital depende da renovação desse ciclo para que permita sua manutenção e expansão da acumulação capitalista.

Ademais, podemos também analisar o ciclo do capital mercadoria, exposto pela seguinte forma: $M' - D' - M \dots P \dots M'$. Este ciclo busca apresentar a relação entre produção e circulação. Em seu ponto de partida a mercadoria já se apresenta valorizada, ou seja, já com o mais-valor integrado em seu processo de produção. Posteriormente é convertido em dinheiro, que através de aquisições realizadas como a própria força de trabalho por exemplo, permite o reinício do processo produtivo. Logo após, é realizada a criação de uma nova mercadoria valorizada. Ou seja, este ciclo descreve a capacidade do movimento contínuo do capital entre as mercadorias, capital produtivo e dinheiro.

Ambas as formas do capital são autonomizadas e suas expansões se intensificaram nas últimas cinco décadas. São intrinsecamente conectadas pois aceleram-se as rotações do capital facilitando suas transações e o próprio Estado cria mecanismos que permitem, que torne exequível, facilitando, principalmente, mecanismos relacionados ao sistema financeiro.

A reprodução do capital é um conceito desenvolvido por Karl Marx para explicar a forma como o sistema capitalista consegue manter e ampliar continuamente suas condições de existência. No capitalismo, o capital não permanece estático; ele precisa estar em constante movimento, produzindo mercadorias, circulando no mercado e gerando cada vez mais lucros. Desse modo, a reprodução do capital corresponde ao processo contínuo de renovação e expansão das relações capitalistas de produção.

Esse processo inicia-se quando o capitalista, detentor do meio de produção investe capital, aqui em sua forma de dinheiro, na compra de meios de produção; como máquinas, matérias-primas, em tecnologias e na contratação da força de trabalho. Os trabalhadores, ao terem suas forças e trabalho contratadas, utilizarem esses meios de produção, produzem mercadorias que serão vendidas no mercado. Entretanto, o valor produzido pelos trabalhadores é superior ao valor pago em seus salários, gerando o mais-valor, o excedente, que é apropriado pelo capitalista em forma de lucro. Parte desse lucro é utilizada para o consumo da classe burguesa, enquanto outra parte é reinvestida na produção, permitindo a continuidade e expansão do capital.

Marx distingue dois tipos de reprodução do capital: a reprodução simples e a reprodução ampliada. Na reprodução simples, o capitalista investe apenas o necessário para manter a produção funcionando no mesmo nível, sem apresentar expansão significativa. Já na reprodução ampliada, que é a característica predominante do capitalismo, parte do mais-valor é reinvestido para aumentar a capacidade produtiva, adquirir novas tecnologias, ampliar os setores produtivos e intensificar a exploração e expropriação da força de trabalho. É justamente essa reprodução ampliada que impulsiona o crescimento do capitalismo e a acumulação contínua de riquezas.

Tampouco importa se a reprodução simples cede lugar à reprodução em escala ampliada, à acumulação. Na primeira, o capitalista dissipa o mais-valor inteiro; na segunda, ele dá provas de sua virtude burguesa consumindo apenas uma parte e transformando o resto em dinheiro. (MARX, 2013, p. 805)

Além da reprodução econômica, o capitalismo também necessita reproduzir as condições sociais que garantem sua continuidade. Isso significa reproduzir não apenas mercadorias, mas também relações sociais, formas de dominação e a própria força de

trabalho. A classe trabalhadora precisa vender continuamente sua força de trabalho para sobreviver, enquanto os detentores dos meios de produção mantêm o controle da riqueza socialmente produzida. Dessa maneira, o sistema reproduz as desigualdades entre as classes sociais e estabelece relações de exploração.

Nesse contexto, instituições sociais como o Estado, escola, mídia e outras organizações também desempenham papel importante na reprodução do capital, pois, podem contribuir ou tensionar a ordem social necessária ao funcionamento do sistema capitalista. Assim, a reprodução do capital ultrapassa a esfera econômica e influencia aspectos políticos, culturais e sociais da vida em sociedade.

Portanto, a reprodução do capital revela que o capitalismo é um sistema baseado na expansão contínua do lucro e da acumulação. Para existir, o capital precisa constantemente reproduzir mercadorias, ampliar riquezas e manter as relações sociais que garantem a exploração da força de trabalho. Dessa forma, a reprodução capitalista evidencia as contradições do sistema, marcado pela concentração de riqueza, desigualdade social e permanência das expressões da “questão social”¹.

Diante da constante necessidade do capital se estabelecer, restabelecer e de se manter, as expansões capitalistas tornaram-se cada vez mais complexas. Contemporaneamente, as relações encontram-se intimamente conectadas, mundializadas e financeirizadas como veremos pelo decorrer deste capítulo.

A financeirização do capital é uma complexa categoria que tem direcionado a economia global nos últimos anos. Essa categoria refere-se à crescente influência e valorização do setor financeiro na economia. Atividades financeiras como investimentos, especulações e negociações de ativos financeiros, passaram a representar relevância na busca por lucratividade em relação à produção de bens perceptíveis, certos da existência, palpáveis. Mesmo que o capital produtivo permaneça como ponto crucial para a realização, produção de valor e de mais-valor, as transformações na dinâmica do capital nos últimos anos são marcadas pela flexibilização e desregulamentação financeira. Seja em sua forma bancária ou monetária, este cenário possibilitou certo protagonismo ao capital-dinheiro na dinâmica de acumulação capitalista, adquirindo poderio e grande influência na reprodução e produção de valor.

No processo contemporâneo do capitalismo financeirizado, que é, sobretudo,

¹ Em consonância às análises fundamentadas por Iamamoto (2008), a questão social representa o conjunto das expressões das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas pelo modo de produção capitalista e pela sociabilidade que lhe é própria. Esta análise advém ao fundamento da contradição existente entre capital e trabalho, sendo característica do próprio modo de produção capitalista.

autonomizado, por adquirir movimento próprio não necessariamente vinculado aos setores de produção; assume expressões cada vez mais complexas no âmbito financeiro, no sistema de crédito, do capital portador de juros, do capital especulativo, bancário, dentre outras expressões. Analisando superficialmente pode-se entender que o capital criou uma forma de independência em relação ao trabalho humano, mas isso é um mero equívoco. Até mesmo no contexto do capitalismo financeirizado, o capital propriamente dito continua dependente da produção do mais-valor; então, cabe lembrar, que nesse processo ainda há a existência de todo o processo de valorização do capital em sua origem na exploração na força de trabalho.

Com a expansão dessas formas, especialmente no capitalismo contemporâneo marcado pela financeirização da economia, o capital financeiro assume centralidade na organização da vida econômica e social. Bancos, instituições financeiras e grandes grupos econômicos passam a exercer forte influência sobre os processos produtivos, as políticas estatais e as relações sociais, ampliando mecanismos de concentração de riqueza e intensificação das desigualdades sociais.

A financeirização transformou também as relações sociais, alterou com os meios produtivos e os investimentos se movem, ou seja, modificou como o indivíduo interage e como é afetado pelo setor econômico. Dessa maneira, compreender as formas autonomizadas do capital é fundamental para analisar como o capitalismo contemporâneo reorganiza as relações de exploração e dominação, expandindo a lógica da acumulação para além da produção de mercadorias e alcançando diferentes dimensões da vida social.

A grande extensão da financeirização para o consumidor individual é um grande reflexo das relações capitalistas contemporâneas, contendo uma conexão direta com a acumulação capitalista. O consumidor individual passa a ter cada vez mais acessos às mercadorias financeiras, principalmente à diversas modalidades de crédito. O acesso ao crédito para o consumidor individual, sobretudo para a classe trabalhadora, sem que se realize uma alteração no processo produtivo do capital, representa de fato o fenômeno da inadimplência por parte da classe, ou seja, representa o crescimento do endividamento, pois suas necessidades não são compatíveis com as relações do mundo do trabalho ao qual são submetidos.

Partindo da análise da reprodução ampliada do capital, que é fundada sobre a exploração da força de trabalho, e se baseia em um processo mediado pela luta de classes, os capitalistas, detentores dos meios de produção, pressionam por maior extração de trabalho não pago, de mais-valor e em contrapartida, a classe trabalhadora exerce pressão por uma melhor qualidade de vida, de trabalho, para garantir a sua sobrevivência, subsistência e dignidade.

Isso explica o grande conflito de classes ao qual estamos inseridos, entre capital e trabalho, uma vez que defendem diferentes interesses e necessidades.

O crescimento do crédito ao consumidor foi e é um fenômeno que expõe o endividamento crescente da classe trabalhadora. É possível observar esse movimento a partir dos anos 2.000 no Brasil, quando houve uma ascensão de mercadorias financeiras a serem acessadas por parcelas da classe trabalhadora com baixos salários, processo ao qual podemos denominar de expropriação financeira.

Esses pressupostos são fundamentais para identificar que o crédito cedido aos trabalhadores é fonte torrencial de lucros, sendo que esta modalidade punciona valor de circulação, mais especificamente, expropria parte do salário dos trabalhadores, de seu tempo de trabalho necessário para reprodução de sua força de trabalho (Ribeiro, 2018, p. 109).

Costas Lapavitsas, economista grego que formulou a tese da expropriação financeira, expõe o processo de retenção da renda dos trabalhadores pelas instituições financeiras:

Más concretamente, la explotación en las transacciones financieras supone una transferencia directa de valor desde los ingresos de los trabajadores hacia los prestamistas - es decir, representa una nueva división de los flujos de ingresos nominales, que normalmente toman forma interés (Lapavitsas, 2013, p. 190 *apud* Ribeiro, 2018, p. 143).

A expropriação financeira trata-se da expropriação do salário do trabalhador para o mercado financeiro. Atinge a classe trabalhadora para uma profunda punção dos lucros empresariais quando empresta para o indivíduo em troca de juros, expropriando parte de seu trabalho necessário para que seja possível amortizar dívidas e pagar juros. Sendo assim, muitas vezes o uso de crédito representa uma despesa fixa na vida do trabalhador, uma vez que se torna completamente dependente desse tipo de recurso, que passa a se transformar em uma necessidade.

O desenvolvimento capitalista financeirizado contemporâneo advém da lógica imperialista do capital financeiro. Conforme analisado por Lenin (2021), o imperialismo simboliza o período monopolista do capitalismo, caracterizado pela fusão entre o capital bancário e industrial, dando espaço para o surgimento do capital financeiro e sua expansão entre os países.

O capitalismo em seu estágio, financeirizado, tem como categoria central o capital portador de juros.

Se na virada do século XIX para o XX o crédito compreendia parte específica da sociedade, como as empresas e os Estados nacionais, sendo as

dívidas dos trabalhadores de pequena importância para a reprodução do capital, a situação é outra nesse começo de século XXI. Não apenas as empresas e os Estados nacionais fazem essas dívidas como também dependem da incorporação das mais diversas esferas da vida privada à lógica do endividamento, de modo que os gastos cotidianos dos trabalhadores são transformados em operações de crédito, cujo volume compõe a sustentação da turbulenta reprodução do capital no seu atual estágio (Nakatani; Braga, 2021, p. 101).

O capital portador de juros trata-se do capital que é investido com o objetivo de gerar retorno financeiro na forma de juros. O investimento pode ser realizado em diferentes segmentos, como em depósitos bancários, empréstimos, dentre tantas outras possibilidades.

O capital portador de juros, como já havia sido identificado por Karl Marx no Volume III de “O Capital”, é uma das maneiras do capitalismo acrescer a desigualdade e o conflito de classes, uma vez em que a riqueza para uma pequena parcela da população é acumulativa e, para outra parcela, para a classe trabalhadora, pouca é a possibilidade de possuir.

O capital portador de juros é a forma mais elementar de capital de empréstimo de dinheiro, aquele que coloca o seu dinheiro - capital em potencial - a serviço do capital produtivo e requisita deste uma parte dos lucros (Ribeiro, 2018, p. 113).

As reflexões elaboradas pelo decorrer desta seção, mostraram que, para se chegar à compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo, requer o entendimento de seus diferentes ciclos e formas. Ainda que o capital produtivo permaneça como característica fundante na realização de produção de mais-valor, a reprodução do capital depende das articulações entre os ciclos do dinheiro, do produtivo e da mercadoria.

Desse modo, é certo se dizer que analisando o capitalismo em sua contemporaneidade, a real origem do valor não foi alterada, mas sim, suas relações são transformadas e reorganizadas no intuito de possibilitar sua ampliação. Partindo dessas observações torna-se necessário examinarmos as mudanças estruturais, sobretudo aquelas ocorridas após a década de 1960, período histórico marcado por crises no período pós-guerra, esgotamento do padrão fordista-keynesiano, pela reestruturação produtiva e desregulamentação financeira. Assim, na próxima seção analisaremos este período determinante para o surgimento da financeirização.

2.3 O capitalismo após a década de 1960 e financeirização

As origens de financeirização estão embasadas nas mudanças ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 (Ribeiro, 2018). No contexto da crise do capitalismo em sua fase fordista-keynesiano e da queda das taxas de lucro do capital produtivo, gerou-se alterações como a desregulamentação financeira, que se trata de dos mercados secundários, como os

derivativos; com o aumento das opções de investimentos, bem como a expansão do crédito ao consumidor. Além disso, a mundialização, que se trata da abertura dos mercados globais, permitiu e ainda permite, o fluxo de capitais em uma escala incontrolável que está intimamente interligada com os avanços tecnológicos que concretizam a comunicação em alta escala. Estes são alguns dos fatores que permitiram o crescimento e o fortalecimento do processo de financeirização. Sendo um conjunto de categorias que permeiam o processo de valorização do capital, podemos, ligeiramente, ser exemplificado como valor injetado, puncionado, em outras palavras; do lucro gerado em alta escala, agora, permeado pelo globo de formas conectadas e complexificadas.

[...] Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros - dívidas, obrigações e ações - mantendo-os fora da produção de bens e serviços. Nos Estados Unidos, o processo de centralização do capital sob a forma financeira recomeça nos anos 50, sem que se lhe preste grande atenção, à medida que os efeitos da crise dos anos 30 e as consequências da Segunda Guerra Mundial chegam ao fim. Na Europa, pode-se datar o início da acumulação industrial do período da “idade de ouro” (Chesnais, 2005, p. 37).

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1944, houve a Conferência de Bretton Woods unindo as maiores potências capitalistas para tomada de decisões, sendo liderados pelos Estados Unidos da América (EUA). Nela, foi definido o dólar como principal moeda equivalente ao lastro do ouro. Também, nessa Conferência, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de garantir controle nas taxas de câmbio entre as moedas mundiais. Nesse período pós-guerra, os EUA representavam o país mais bem estabelecido e fortalecido economicamente por possuir a maior reserva de ouro e, fortalecido, também, belicamente. Ademais, cabe neste momento ressaltar, que tais características somente foram adquiridas pelo país através de seu caráter imperialista.

Nos anos de 1970, emergiu uma nova crise econômica e financeira global. Em 15 de Agosto de 1971, os EUA anunciaram a revogação do acordo de Bretton Woods. Foi uma decisão unilateral e, em 1974, a equivalência do dólar ao ouro também foi revogada e a partir desse momento, o dólar passou a ser uma moeda sem lastro, sendo sua própria referência e referência mundial.

No período pós-guerra, vários países se encontravam prejudicados, vulneráveis socialmente e economicamente. Diante o contexto, os EUA concederam empréstimos mediados pelo FMI. Os juros, ao passar dos tempos passaram a tornar-se flutuantes, então

países, principalmente os periféricos, ficaram gravemente endividados e reféns, afetando principalmente a classe trabalhadora através do sucateamento de políticas públicas, desindustrialização e pela capacidade de subsistência afetada negativamente diante da relação histórica de capitalismo dependente desses países.

Esta dependência de países tidos como periféricos, pode ser compreendida como um aprofundamento das formas de subordinação destas economias. Ruy Mauro Marini, ao descrever sobre a integração de países latino-americanos ao mercado mundial relata que:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (Marini, 2017, p. 327).

Ou seja, países subordinados economicamente ao capitalismo mundial, foram, historicamente, transformados em espaços de transferência de valor para os países de hegemonia econômica. Essa relação se dá, sobretudo, pela superexploração da força de trabalho e na reprodução dessa própria relação de dependência.

Com o estabelecimento da financeirização na economia mundial, os mecanismos de extração foram intensificados, aprofundados, o que ampliou ainda mais a crescente subordinação econômica desses países através de liberalizações financeiras, do fortalecimento do capital portador de juros e consequentemente o aumento do endividamento desses povos.

Quando analisado o contexto brasileiro:

O processo de financeirização do país teria começado no final da década de 1970, com a aceleração da inflação e a indexação, impondo uma lógica de acumulação financeira ou patrimonialista. Nos anos de 1980, o aumento do endividamento do setor público e os fracassos dos planos de estabilização afetaram negativamente as expectativas em relação à capacidade do Estado de gerenciar as políticas monetárias e fiscal (Carvalho; Miranda; Gambi, 2017, p.10).

Em outras palavras, esse processo proporcionou uma crescente detenção de valores do Fundo Público pelo capital financeiro que posteriormente aprofundou as contrarreformas de políticas sociais. Arelado à este contexto, a intensificação da mercantilização de direitos básicos como saúde e educação, privatizações e o processo de bancarização e acesso ao crédito ao consumidor individual sem que houvesse mudanças estruturais.

Com um constante crescimento em escala mundial, o processo intensificou-se

também no Brasil através das reformas e o fortalecimento neoliberal que também era uma característica já em etapa mundializada:

Dentre esse bloco de reformas se destacaram as privatizações, as reformas na seguridade social e a reforma administrativa. Essas reformas tinham como objetivo levar o Brasil a uma nova trajetória de crescimento e teve como consequência a entrada de um regime de acumulação dominado pelo mercado financeiro (Morais e Silva, 2016, p. 2).

A expropriação do tempo e da força de trabalho da classe trabalhadora é efetiva de diferentes maneiras através do novo cenário de financeirização e mundialização do capital. Através de especulações imobiliárias, liberação de créditos como forma de oferecer acessos à classe trabalhadora, a desigualdade econômica, a flutuação e instabilidade dos preços e valores dos ativos financeiros, como ações, títulos, moedas e *commodities*, são alguns dos exemplos para serem citados; em outras palavras, o sistema financeiro punciona parte da mais-valia entre lucros empresariais, juros, lucros comerciais etc. Esta relação pode ser definida como o tempo excedente de trabalho não pago, produzido na produção de mercadorias:

Trata-se de trabalho não pago - tempo excedente - que o capital explora da força de trabalho em uso. Pago por seu valor, a força de trabalho é uma mercadoria determinada pelo tempo necessário para a reprodução dessa mesma força de trabalho, ou seja, dos meios de subsistência necessários para sua reprodução. Esse tempo necessário - trabalho pago - é sempre acrescido do trabalho excedente não pago, que justifica o empreendimento do capitalista no processo de produção (Ribeiro, 2018, p. 109).

O capital portador de juros carrega consigo a instabilidade do lucro, pois os juros são especulativos e não se tem o total controle do cenário, pois é dependente de diversos fatores, intensificando assim a concorrência entre os setores.

O valor destes juros é sempre indeterminado e depende, dentre outros fatores, da oferta e demanda destes recursos e do momento de crise ou depressão que faz como que o capital produtivo necessite de mais ou menos capital para empreendê-lo na produção. Este é o capital que tem como função precípua o funcionamento como mercadoria *sui generis* que é alienada a um terceiro que utiliza o seu valor de uso para a produção de valor (Ribeiro, 2018, p. 114).

A expressão $D - M - D'$ simboliza o processo entre o dinheiro inicialmente investido e o dinheiro obtido ao final do ciclo produtivo. Dinheiro que se torna dinheiro acrescido. Destaco aqui, o seu caráter simbólico e resumido dos processos que são diversos.

Uma das principais características que o capital portador de juros adquiriu nos últimos tempos, foi o da intensificação da concorrência no setor produtivo, que produz o

mais-valor das mercadorias. Michel Husson chama este processo de *hiperconcorrência*.

[...] encontra-se a ideia que não é possível dissociar os fenômenos da exploração e da financeirização, os quais aparecem como duas componentes de uma mesma realidade. O capitalismo contemporâneo é antes de tudo um capitalismo super explorador (“carniceiro”, diria Aglietta): o aumento da taxa de exploração permite o restabelecimento da taxa de lucro sem engendrar novos espaços de acumulação na mesma proporção. O consumo de mais-valia permite então reduzir esta diferença. Nesse esquema conjunto, a financeirização preenche uma dupla função: ela instaura uma concorrência exacerbada, necessária para manter um alto nível de pressão sobre a exploração; e estabelece um modo de repartição adequado às novas condições de reprodução do capital (Husson, 2010, p. 333 *apud* Ribeiro, 2018, p. 127).

Em diferentes períodos históricos, intelectuais elaboraram suas contribuições acerca do tema do capital financeiro. Conforme as relações tornaram-se cada vez mais complexas, acréscimos e evoluções interpretativas fizeram-se necessárias. Autores como Hilferding, Hobson, Rosa Luxemburgo, Marx e Lênin fizeram excelentes análises acerca do capitalismo perante as suas variadas complexificações de relações, suas organizações, reorganizações e, acima de tudo, da necessidade de se adequar diante das transformações que, independentemente, busca massivamente acumular reproduzir-se e crescer-se.

Dessa forma, Lenin (1979) encontrava em Hobson seu ponto de apoio para analisar o capitalismo monopolista, e em vários momentos enfatizara sua vantagem em relação a Hilferding. Entre Hilferding em 1910 e Lenin em 1916, existem mais duas obras fundamentais para o debate clássico do imperialismo. Em *A economia mundial e o imperialismo*, escrita em 1915 por Bukharin (1948), o capital financeiro é central, ao passo que para Rosa Luxemburgo (1985), em *A acumulação do capital*, de 1913, o termo não aparece. Ao identificar diversas limitações teóricas no modo como Rosa Luxemburgo se apropriou e criticou Marx, o próprio Bukharin, defendendo a contribuição de Hilferding, iria escrever uma obra em 1924 - *Imperialismo e acumulação de capital* - para criticar a teoria de imperialismo da autora polonesa. Uma das hipóteses de Bukharin (1972), sobre as inúmeras limitações teóricas para ele identificou em Rosa, era justamente a de não apresentar o termo de capital financeiro e sua relação com os monopólios, prescindindo das contribuições de Hilferding e Hobson, respectivamente (Sabadini e Campos, 2021, p. 41).

A financeirização do capital passa a ganhar força a partir da possível obtenção acrescida de lucro. Mesmo diante desse cenário, o capital ainda permanece submisso ao setor produtivo, por ainda ser dependente do mais-valor e por isso, cada vez mais esse processo passa a atingir diversas camadas sociais, inclusive a da reprodução da classe trabalhadora. Impactando através da mercantilização de direitos básicos, do endividamento, do superendividamento e através da expropriação. De forma clara, a possibilidade do alargamento da expropriação do mais-valor é o cenário propício, interessante e satisfatório

para o modo de produção capitalista. Sendo que, cada vez mais, países principalmente periféricos tornam-se dependentes e subordinados às relações de trabalho que por sua vez complexificaram.

2.4 A crise de 2008

Para o capitalismo contemporâneo, a crise financeira imobiliária dos Estados Unidos de 2008, representa um dos episódios mais graves devido à sua complexidade e magnitude. A crise tem suas origens relacionadas à expansão do acesso ao crédito, aos processos de desregulamentação financeira e crises financeiras ocorridas décadas antes; ou seja, resultado do processo de financeirização.

Em meados de 2006, nos EUA, havia uma crescente concessão de hipotecas. Essa concessão foi atingindo cada vez mais camadas e de variados grupos sociais, inclusive pessoas e famílias com baixo poder de compra ou vulnerabilidade econômica que se encontravam em inadimplência. Esses empréstimos ficaram conhecidos como hipotecas *subprime*, que buscavam valorizar os imóveis na época.

Diante à inadimplência desse financiamento vista às condições nada favoráveis, as pessoas que o adquiriram tinham a opção de prorrogar suas dívidas através de renegociações e, apesar de ser uma alternativa financeiramente viável, apresentava, até o momento, ser de grande valia, pois os juros das negociações eram inferiores se comparado aos valores dos imóveis que cresciam. E com isso, as bolhas imobiliárias especulativas foram se tornando cada vez maiores, pois existia ali uma expectativa de ganhos futuros. E, concomitantemente, mais concessões de créditos hipotecários eram concedidas e as instituições financeiras transformaram essas dívidas em títulos negociáveis no mercado financeiro; ou seja, compartilhando os riscos com diferentes instituições financeiras, bancos, investidores e até seguradoras por todo o globo.

O processo de criação da bolha imobiliária possui dois componentes centrais: 1) a expansão sem precedentes de financiamentos imobiliários, desregulamentando o setor de imóveis ao permitir a concessão de créditos para famílias que não tinham capacidade de pagamento comprovada, o que deu origem aos empréstimos conhecidos como *subprimes*; 2) a inovação financeira pela via da securitização dos ativos e de seguros (Tonelo, 2021, p. 19).

Foi a partir de 2006 que o mercado imobiliário norte americano começou a desacelerar e os preços dos imóveis começaram a cair. Devido à essa situação, milhões de famílias passaram a enfrentar dificuldades financeiras cada vez maiores, gerando mais

inadimplências.

Entre os principais mecanismos de expansão da financeirização e das condições para a formação da bolha imobiliária, podemos remarcar como aspecto central a importância da participação dos bancos de investimentos para a aceleração das vendas de imóveis a partir de volumosas concessões de crédito. Com isso, permitiu-se o superaquecimento das vendas no setor e foram oferecidas novas “condições” para a criação de hipotecas, por meio de mecanismos financeiros inovadores. Em outras palavras, o que foi visto foi um processo de alavancagem (*leverage*) das vendas imobiliárias a tal nível que criou condições para o hiperendividamento das famílias até a asfixia, levando à inadimplência e à crise generalizada (Tonelo, 2021, p. 19).

As inadimplências rapidamente se espalharam, pois, os títulos lastreados perderam os valores e geraram grandes prejuízos para as instituições que os detinham.

A crise agravou-se ainda mais em 2008 e a falência do banco Lehman Brothers, um dos maiores bancos de investimento dos EUA, ocorreu em setembro daquele ano. A crise alcançou um maior número de pessoas, agora em maior escala e em distintos grupos e classes sociais, como trabalhadores, empresas e governos em diferentes países. Em pouco tempo, a crise tornou-se global.

As consequências foram diversas. A falência de diversas empresas de diferentes segmentos, aumento significativo do desemprego, pessoas em situação de rua, uma ampliação das desigualdades sociais etc. Diante da intensificação da crise mundial, os Estados assumiram o papel de contê-la. Banco Central e governos implementaram programas financeiros e injetaram trilhões de dólares no sistema bancário e, com isso, reduziram as taxas de juros para estimular os fluxos da economia.

A crise de 2008 evidenciou contradições do capitalismo contemporâneo financeirizado. Essa foi marcada pela centralidade e instabilidade das finanças. Possui a lógica especulativa atravessada pela expansão do capital fictício e, evidentemente, trata-se de características estruturais do capitalismo. Sobretudo, a intervenção do Estado no momento de suprimir as dívidas e proporcionar a continuidade da acumulação do capital a fim de preservá-lo perante tais condições, reforça suas contradições, justificando mais uma vez, diante das diversas crises capitalistas, o seu papel de gerir os interesses da classe capitalista.

2.5 Consenso e coerção apresentados por Antônio Gramsci sob uma perspectiva contemporânea financeirizada

A relação entre consenso e coerção elaborada por Antônio Gramsci pode, contemporaneamente, ser analisada a partir da lógica do capital financeirizado. Para

compreendermos tal relação, se faz necessário primariamente a compreensão da categoria “hegemonia” apresentada também pelo autor. Para Gramsci (2001), toda hegemonia envolve uma base material em que todas as concepções são feitas para manter a função econômica da classe dominante. Logo, a hegemonia de um grupo dominante também é econômica.

A hegemonia é condicionada às estruturas da coerção, pois há um papel explícito ou implícito da força que é exercido principalmente pelo Estado. Seja através de leis, de forças policiais, do sistema judiciário, dentre outros aparatos que garantam a obediência legal capaz de garantir a ordem social e a manutenção dos interesses das classes dominantes, não se limitando ao uso da violência. Pois engloba, também, todos os atos governamentais que de alguma forma são impostos sobre os indivíduos, como por exemplo o pagamento de impostos. Na categoria hegemonia também há a face do consenso, que diz respeito à construção social de dominação, através da potencialidade e capacidade de convencer os grupos sociais de que os seus interesses, que são particulares, representam os interesses coletivos, pertencentes a todos os grupos sociais, principalmente do grupo oprimido.

Ou seja, a hegemonia é produto do consenso e da coerção. Vale ressaltar, que no consenso sempre há a ameaça da coerção. Para o autor (Gramsci, 2001), o Estado Ampliado é a soma do Estado Civil, responsável pela organização do consenso e pela Sociedade Política, responsável pela esfera da coerção. Ou seja, partindo desse princípio, o Estado é o pátio da luta pela hegemonia, seja qual for e, sobretudo, o Estado é um Estado de classes.

Em suas reflexões, Gramsci (2001) elabora que o capitalismo é marcado por problemas incuráveis e define essa conjuntura como “crise orgânica”. Nessa ótica, a crise final do capitalismo não seria um evento catastrófico enfrentado com soluções rápidas ou uma “guerra de movimento”, mas sim, uma crise que se articula em vários níveis e se prolonga por um longo período. Ao contrário das crises “ocasionais” ou “conjunturais”, exclui a possibilidade de uma rápida revolução pelas crises dominantes e sinaliza “fraturas”. Em termo social-econômico, a crise orgânica manifesta-se como contradições estruturais no modo de produção, em que ele diz: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer. Neste interregno, verifica-se os fenômenos morbosos mais variados” (Gramsci, 2024, p. 35).

Segundo (Gramsci, 2001), a classe dominante deve fazer concessões aos grupos subalternos para manter a sua hegemonia e, essa necessidade demanda da classe hegemônica, ou aquela que pleiteia a hegemonia, um esforço de se criar e recriar. Segundo o próprio autor, a relação de hegemonia também se daria em plano internacional. Em síntese, uma hegemonia viria a se manifestar internacionalmente a partir de uma expansão em escala mundial através

de uma determinada forma e padrão de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No caso dos Estados Unidos do período pós Segunda Guerra, o capitalismo em seu modo fordista da produção, assim como determinada forma de Estado, se tornaram os modelos mundiais, sendo tanto exportados quanto incorporados em outras regiões. Robert Cox (2021) afirma que uma hegemonia constituída em plano nacional pode manifestar-se em um plano internacional, constituindo assim, uma hegemonia mundial.

As hegemonias mundiais ocorrem através de Estados poderosos que em algum momento passaram por um processo que não apenas modificaram por completo suas economias internas e estruturas políticas, mas também desencadearam processos que se expandiram para além das fronteiras do Estado. Quando relacionado ao conceito de hegemonia, Cox afirma:

[...] que é baseado em uma conjunção coerente ou encaixe entre uma configuração de poder material, a imagem coletiva prevalecente da ordem mundial (incluindo certas normas) e um conjunto de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade (isto é, não apenas como os instrumentos evidentes do domínio de um Estado particular (Cox, 2021, p. 25).

Na medida em que esta hegemonia avança, ela adentra os países mais periféricos como “revoluções passivas”, como uma reação das classes dominantes às pressões por exigências esporádicas da população que são, por parte, acolhidas. Isso ocorre pelo fato de que determinados países que não passaram pelas mesmas transformações sociais e econômicas tentam adotar elementos do modelo hegemônico sem alterar suas próprias estruturas de poder. Sendo assim, uma hegemonia estabelecida em âmbito internacional não deve ser vista como uma mera ordenação entre os Estados. Mas, deve ser compreendida como uma estrutura social, econômica e política, cuja qual possui um modo de produção dominante que ao penetrar nos demais países liga-se e subordina outros modos de produção, estabelecendo, em consequência, relações sociais que interligam classes sociais em diferentes países.

Em uma ordem hegemônica internacional, as produções em países tornam-se conectadas através dos mecanismos de uma economia mundial e ligada aos sistemas mundiais de produção, em outras palavras, ocorre assim, a internacionalização da produção.

Os blocos históricos subjacentes a determinados Estados se conectam através dos interesses mútuos, neste modelo de produção, interesses capitalistas. Se conectam também, através das perspectivas ideológicas e assim, classes globais começam a se formar. Assim,

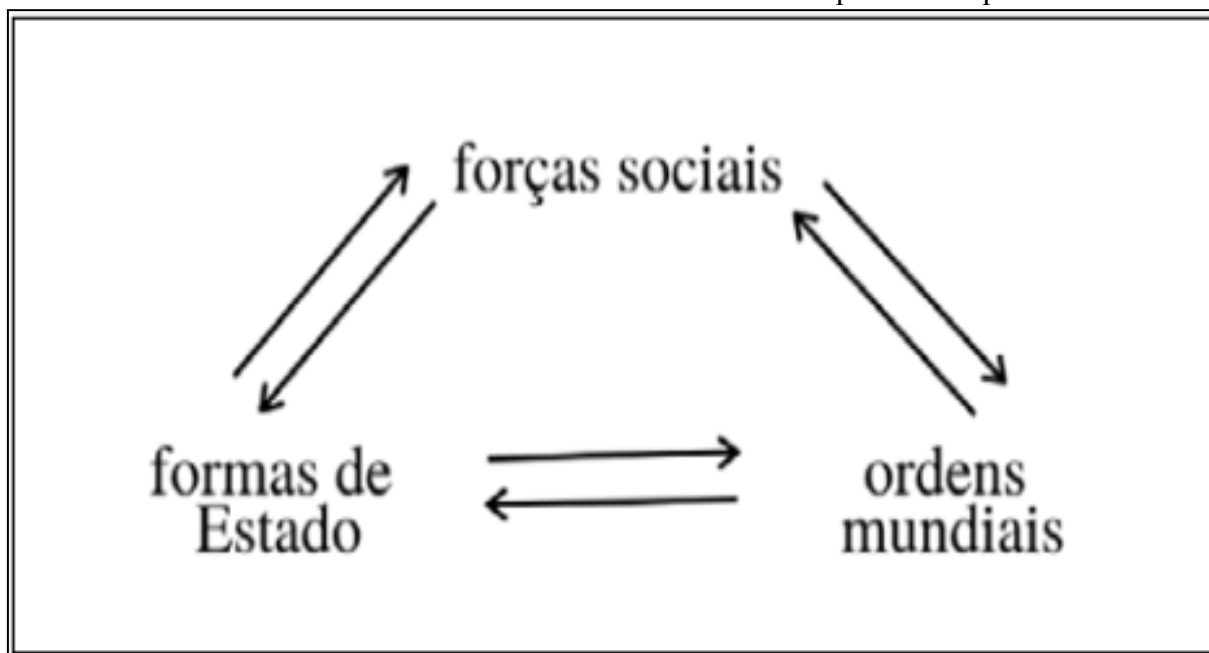
nasce a classe capitalista transnacional. Sendo um conceito usado para explicar como parte da elite econômica, burguesa, deixou de atuar apenas no interior de seus países e passou a organizar seus interesses em escala global. Estes grupos são formados por grandes empresários de diversos setores, investidores, banqueiros etc. Tais grupos possuem interesses econômicos e sobretudo políticos conectados para além de seus países, possuem interesses que são externos, internacionais.

Ainda de acordo com Cox (2021), as relações de produção seriam o ponto de partida para a análise tanto da operação quanto dos mecanismos de produção.

Dado o caráter fundamental da relação entre produção e poder, Cox busca analisar como o poder nas relações sociais de produção dão origem a certas forças sociais, como estas forças sociais se tornam as bases do poder nas formas de Estado e como estas formas de Estado moldam a ordem mundial (Ramos, 2020, p. 158).

Segundo Cox (2021), existe uma relação dialética entre as forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais que interagem entre si. E, esta relação, permite compreender que a hegemonia se consolida historicamente e não decorre apenas dos fatores econômicos, mas também da propagação de ideais neoliberais e de instituições sejam nacionais ou não, que sustentem o modo de produção financeirizado contemporâneo, conforme a *Figura 1*.

FIGURA 1 - Método das Estruturas Históricas apresentado pelo autor



Fonte: Cox (2021).

Com esse método, Cox (2021) procura analisar as estruturas históricas que existem ao longo do sistema de produção capitalista e as dinâmicas que perpassam por esta estrutura.

Para ele, o ponto de partida é a ordem mundial, para a qual a noção gramsciana de hegemonia é importante.

Ademais, a hegemonia refere-se mais a uma ordem consensual, mesmo que sendo uma forma de dominação.

O processo de formação da classe capitalista transnacional se relaciona com os Estados nacionais no sentido em que os países precisam se adequar ao capital internacional, externo, de economia global. Ocorre através de tendências a modificação de determinadas estruturas estatais em concordância com demandas e pressões externas, através do realinhamento das relações de poder entre os grupos sociais internos. Porém, tal processo não eliminou os espaços nacionais, mas os tornaram mais permeáveis. O Estado permanece relevante diante de tal processo no sentido de que existe uma lógica estabelecida em que todas as relações ou interações que se tornaram transnacionais, antes, se fizeram nacionais. Em todo mundo existe um apoio estatal considerável a várias corporações que, embora tenham investimentos transnacionais, mantêm raízes nacionais. Ou seja, a atuação dos capitalistas transnacionais não escapa do contexto nacional, mas ocorre simultaneamente em diversos contextos, graus e configurações regionais. Vale ressaltar que todo esse processo está em constante movimentação, ou seja, nunca está completo.

Diante desse contexto, o Brasil, assim como tantos países, também encontra-se imerso nessa lógica do processo de formação capitalista transnacional. Seja pela elevada taxa de juros, seja pela persistência da posição brasileira no âmbito internacional como produtor de *commodities*, seja na produção do agronegócio, seja no mercado especulativo em que as produções e aspectos são pautados em regimes e padrões internacionais para assim, se adequar à escala global.

3. A CATEGORIA FINANCEIRIZAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL

Após gerar reflexões acerca dos fundamentos que norteiam a categoria financeirização enquanto uma expressão contemporânea do capitalismo e seus desdobramentos, torna-se necessário compreender como este contexto e categoria têm sido abordados em construções acadêmicas do Serviço Social. Com o seu viés crítico, assistentes sociais elaboram análises que discutem sobre as transformações societárias e a relação para com a classe trabalhadora, identificando tendências, contradições, emblemas e a luta pela viabilização de direitos.

Nesse sentido, neste capítulo, sistematizei produções científicas que abordam sobre a categoria financeirização. Produções estas, publicadas em três das principais revistas da área de Serviço Social, com o intuito de analisar como os pesquisadores têm se apossado da temática e quais eram suas contribuições, fundamentos e determinações frente às múltiplas expressões da questão social. Portanto, realizei pesquisas documentais nas revistas *Serviço Social e Sociedade*, *Katálisis* e *Argumentum*, no período de 2009 a 2024.

3.1 A produção científica na área do serviço social

O Serviço Social, em sua gênese, consolidou-se no contexto da expansão do capitalismo monopolista entre o final do século XIX e o início do século XX. No Brasil, para ser mais exata, sua institucionalização ocorreu na década de 1930 em resposta ao período de intensificação das múltiplas expressões da questão social advindas do período da crescente industrialização e urbanização geradas pela intervenção do Estado na regulação das relações diante o cenário de reprodução do capitalismo e sua forte massificação. Neste cenário, surgiram novas expressões da questão social, o que exigiu respostas institucionais que fossem capazes de administrar os conflitos entre capital e trabalho para assegurar a ordem vigente.

Nesse período, as atuações de assistentes sociais eram influenciadas por práticas filantrópicas, assistencialistas, moralizantes e intimamente conectadas à Igreja Católica e, estavam vinculadas ao grande interesse do Estado de produzir consenso com relação à reprodução da força de trabalho. Ou seja, eram práticas conservadoras fundamentadas nessa espécie de organização social. Cabe ressaltar que estas atuações demonstraram e atribuíam a vulnerabilidade social-econômica sob uma perspectiva individualizante, sem levar em

consideração as determinações da estrutura.

Entretanto, com o passar dos anos, transformações e evoluções interpretativas foram ocorrendo no interior da profissão, o que gerou profundas transformações políticas. Ocorreu um processo de renovação teórico-metodológica que buscou romper com as bases conservadoras que estavam enraizadas e marcaram toda a origem da profissão. Essa transformação somente foi possível pelas mudanças estruturais políticas, econômicas e sociais que, sobretudo, a América Latina vivenciou e, claro, pelas profundas críticas elaboradas frente à desigualdade do povo brasileiro.

É sobretudo a partir dos anos 1980, quando deflagra o movimento de “intenção de ruptura” (NETTO, 2005) com o Serviço Social tradicional, cujo solo histórico foi o movimento da sociedade brasileira no “pós-64”, - com emergência dos movimentos sociais, da luta pelo fim da ditadura e, no plano intelectual, o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no Brasil - que, definitivamente, o desenvolvimento da pesquisa na área do Serviço Social encontra o alicerce sóciopolítico necessário para o seu desenvolvimento, até mesmo operando um deslocamento do estrutural-funcionalismo em direção às vertentes histórico-críticas do Serviço Social (Iamamoto, 200, p. 212 *apud* Mota, 2013, p. 22).

Esse avanço redefiniu de forma profunda a atuação do Serviço Social, que passou a compreender que a questão social não diz respeito às demandas individuais ou familiares e sim, estruturais. Passou a orientar-se através de uma leitura crítica da realidade social e comprometendo-se com a viabilização e defesa dos direitos sociais, intrínsecos aos direitos da pessoa humana, da emancipação da classe trabalhadora, da justiça social, da liberdade e ao combate de todas as formas de discriminação e exploração. Evoluiu-se os debates críticos voltados à realidade social brasileira e quanto às necessidades da classe trabalhadora, especialmente fundamentada nas elaborações marxistas.

Além disso, cabe destacar que a redemocratização do país no início dos anos de 1980, em meio à luta dos movimentos sociais e sindicais, contribuiu para desencadear a afirmação do compromisso do Serviço Social enquanto profissão e área do conhecimento, nos *Códigos de Ética* de 1986 e 1993, com as demandas da população pobre e excluída, com valores técnicos e científicos que objetivam uma sociedade em que direitos humanos e sociais sejam amplamente reconhecidos e oferecidos universalmente (Pinheiro; Senna; Lara, 2024, p. 24).

Esta redefinição voltada aos seus fundamentos éticos-políticos consolidou-se também na área de produção de conhecimento. A atuação de assistentes sociais passou a não se restringir somente à execução de respostas imediatas, às demandas materiais. Incorporou, também, a pesquisa e sua elaboração, proporcionando ainda mais reflexões críticas pois

envolve também um processo de apropriação, produção e socialização de conhecimentos que qualificam suas intervenções profissionais. Nesse aspecto, o caráter pedagógico da profissão constitui uma dimensão fundamental, já que a formação da consciência crítica de seus sujeitos representa um fortalecimento da capacidade de compreensão e enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Desse modo, a dimensão pedagógica ultrapassa as demandas rigorosamente interventivas pois possibilita processos reflexivos e de aprendizagem fornecendo arcabouços que tencionam, projetam e articulam uma ampliação de viabilização de direitos.

Isto identificado, fica evidente que a intervenção de assistentes sociais se desenvolve em instâncias diferenciadas, mas em um mesmo conjunto que coexistem em reciprocidade. Além das ações técnico-operativas voltadas às necessidades imediatas dos usuários, os profissionais também atuam em formulações, no planejamento, na gestão, bem como na própria produção de conhecimento como já mencionado. Isso expressa o complexo caráter do exercício profissional e reafirma sua pluralidade também teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

[...] esta dimensão não suprime ou elide uma relação de unidade com a intervenção profissional, visto que com ela se mantém, ao transformar os objetos de intervenção (presentes na capilaridade do movimento real) em objetos de conhecimentos, desde uma perspectiva ontológica e sócio-histórica, ou, ainda, porque no campo da produção teórico-metodológica e política, o conhecimento produzido pelo Serviço Social e que vem sendo incorporado e trabalhado em outras áreas do saber - das ciências sociais aos movimentos sociais e culturais - não se legitima e adquire validade pela “aplicação” imediata e direta aos processos e práticas sociais e profissionais (Mota, 2013, p. 22).

Assim como outras profissões, o Serviço Social está imerso na divisão técnica do trabalho e sua complexidade manifesta-se também quando analisado sua relação frente à reprodução social justamente na mediação entre demandas produzidas nas contradições da sociedade capitalista e pela viabilização dos direitos sociais que almejam. Isso expressa uma certa contradição, no sentido em que a atuação dos profissionais opera sob a lógica do capitalismo ao mesmo tempo em que busca a viabilização da ampliação de acessos aos direitos. Diante esse cenário, o Serviço Social conquistou um espaço estratégico na implementação de políticas sociais, mas enfrenta em seu cotidiano distintas tensões, complicações e embargos, principalmente quando analisamos o avanço do neoliberalismo, da financeirização da capital, do contexto de políticas de austeridade e do contexto reacionário do capital que intensificam cada vez mais a precarização de políticas públicas.

O processo contemporâneo de produção acadêmica do Serviço Social está vinculado ao período de reconceitualização da profissão por estar intimamente conectado ao viés crítico da realidade, amparado, cada vez mais, em uma perspectiva de totalidade. Vale ressaltar que esse processo de produção acadêmica materializa parte da competência destes profissionais que é o caráter pedagógico e a da democratização do conhecimento.

Enquanto área de conhecimento, o Serviço Social tem contribuído para a sociedade brasileira no que tange à defesa de uma formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com ênfase nas análises sobre a realidade social e suas múltiplas determinações, bem como sobre os processos de formulação, gestão, implementação e avaliação de políticas sociais (Pinheiro; Senna; Lara, 2024, p. 29).

Diante desse cenário, o Serviço Social necessita-se reiteradamente de atualizar seu arcabouço no sentido de aprimorar seus conhecimentos para qualificar suas respostas frente às demandas que se encontram cada vez mais complexas diante da também complexa reprodução do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a configuração do Serviço Social como também área do conhecimento se torna necessária.

Nos anos de 1980 e 1990, a área já apresentava densidade na produção teórica, o que gerou uma maior visibilidade acadêmica e científica. A pesquisa que até então não era uma realidade determinante no Serviço Social passou a ser uma necessidade em todos os níveis de formação. A aproximação crítica do Serviço Social com as diversas teorias sociais proporcionou avanços em seu arsenal teórico-metodológico, proporcionando ao Serviço Social ampliar sua inserção na universidade e na produção de conhecimentos, pois a área de conhecimento no Brasil, tanto para avançar nas análises sobre as determinações e particularidades da questão social no Brasil e as demandas postas às políticas sociais, como para assegurar maior reconhecimento no mercado de trabalho (Pinheiro; Senna; Lara, 2024, p. 25).

Contemporaneamente, o Serviço Social representa uma massa crítica e fortemente envolvida com os interesses da classe trabalhadora, seja através de movimentos sociais, populares, sindicais, com militâncias em diferentes esferas sejam sociais, ambientais etc. É caracterizado também, como uma profissão que se articula em seu interior atrelado ao seu caráter intelectual e interventivo que se relacionam de maneira indissociável.

O capital tende, continuamente, ampliar seus mecanismos de valorização e reprodução. Como já visto até aqui, o processo de financeirização do capital representa uma nova etapa do modo de produção capitalista que é caracterizado pela predominância do capital financeiro em detrimento do capital produtivo. Esta configuração contemporânea tende a complexificar e ampliar as expressões da questão social. A disputa pelo fundo público, o endividamento, a insegurança alimentar, a informalidade, o desemprego, aumento das

desigualdades sociais e o sucateamento de políticas sociais são alguns resultados dessa relação.

A financeirização do capital também afeta a vida de assistentes sociais e, afeta, concomitantemente o fazer profissional da categoria. O sucateamento de políticas públicas ocorre quando se reduz os investimentos públicos, uma vez que o fundo público é disputado pelos interesses do capital. O próprio contexto de austeridade mencionado previamente neste capítulo é fruto dessa disputa. Isso significa que, diante desse cenário, políticas voltadas à assistência social, educação, saúde, previdência, dentre outras, são reiteradamente afetadas e precarizadas.

Por consequência, a produção acadêmica do Serviço Social tem papel fundamental diante do cenário através da possibilidade de desenvolvimento de reflexões e articulações que busquem fundamentar as determinações estruturais, superestruturais e elaborações de propostas de enfrentamento e respostas que busque tencionar, no sentido de vislumbrar a viabilização de direitos sociais frente às múltiplas expressões da questão social. Porém, a disputa pelo fundo público também afeta o desenvolvimento das universidades públicas e o seu âmbito da pesquisa. Os cortes orçamentários e a política de austeridade reduzem os investimentos na educação, na tecnologia e na ciência e tenciona o projeto de universidade comprometida com o desenvolvimento nacional pautada na democratização do conhecimento. Ou seja, pensar em construções de saberes contemporaneamente, é pensar, acima de tudo, no modelo societário vigente. É necessário compreendê-lo e tencioná-lo, para que assim, a reformulação e o desenvolvimento universitário e do campo da pesquisa sejam mais bem galgados.

3.2 Análise sobre a categoria financeirização na produção científica do Serviço Social

O objetivo geral dessa elaboração é sistematizar os avanços de pesquisadores do Serviço Social com relação à temática de financeirização. Para isso, foi realizada pesquisa documental em revistas selecionadas do Serviço Social, durante os anos de 2009 a 2024. As revistas são: *Serviço Social e Sociedade*; *Katálisis e Argumentum*.

A revista *Serviço Social e Sociedade* é a primeira revista de circulação nacional da área. Possui a classificação A1 pelo Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Teve a sua primeira publicação no ano de 1979 e realiza publicações desde então. Atualmente, mantém-se como um dos principais periódicos buscados

para pesquisa de discentes, docentes, assistentes sociais e pesquisadores. Em 2010, passou a integrar a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e realizou a sua primeira publicação online neste ano. Característica que, desde então, tem ampliado a visibilidade da revista. Possui como áreas de interesse as temáticas relacionadas às ciências sociais aplicadas, ciências humanas e ciência política.

Já a revista *Katálisis*, fundada no ano de 1997, também possui classificação AI pelo Qualis/Capes, e busca contribuir, desde o ano de sua fundação, com temas relacionados às ciências sociais aplicadas e temas relacionados.

A revista *Argumentum*, fundada no ano de 2009, é a revista mais contemporânea dentre as analisadas nesta pesquisa. Também possui classificação AI pelo Qualis/Capes. Apresenta periodicidade semestral de 2009 a 2015 e quadrimestral de 2016 a 2024. Apresenta caráter interdisciplinar e realiza publicações de pesquisas e artigos relacionados aos temas de Política social, Estado e Sociedade.

Ambas as revistas adotam a política de acesso livre, colaborativo e de acesso público o que proporciona a ampliação da socialização da ciência.

O período escolhido para análise documental publicadas nas revistas deu-se pelo seu caráter pós crise financeira de 2008, que se iniciou nos Estados Unidos devido ao excesso de empréstimos imobiliários de alto risco (*subprimes*) concedidos por bancos, o que gerou a instabilidade financeira em diversos setores, ocasionando uma readequação do capital frente à situação.

A pesquisa documental foi realizada através de seus sítios eletrônicos por meio de palavras chaves como “financeirização”, “financeirizado”, “mercado financeiro”, “capital portador de juros”, leitura dos títulos e resumos. No total, foram identificados 57 artigos e foi identificado o seguinte cenário apresentado pela *Tabela 1*:

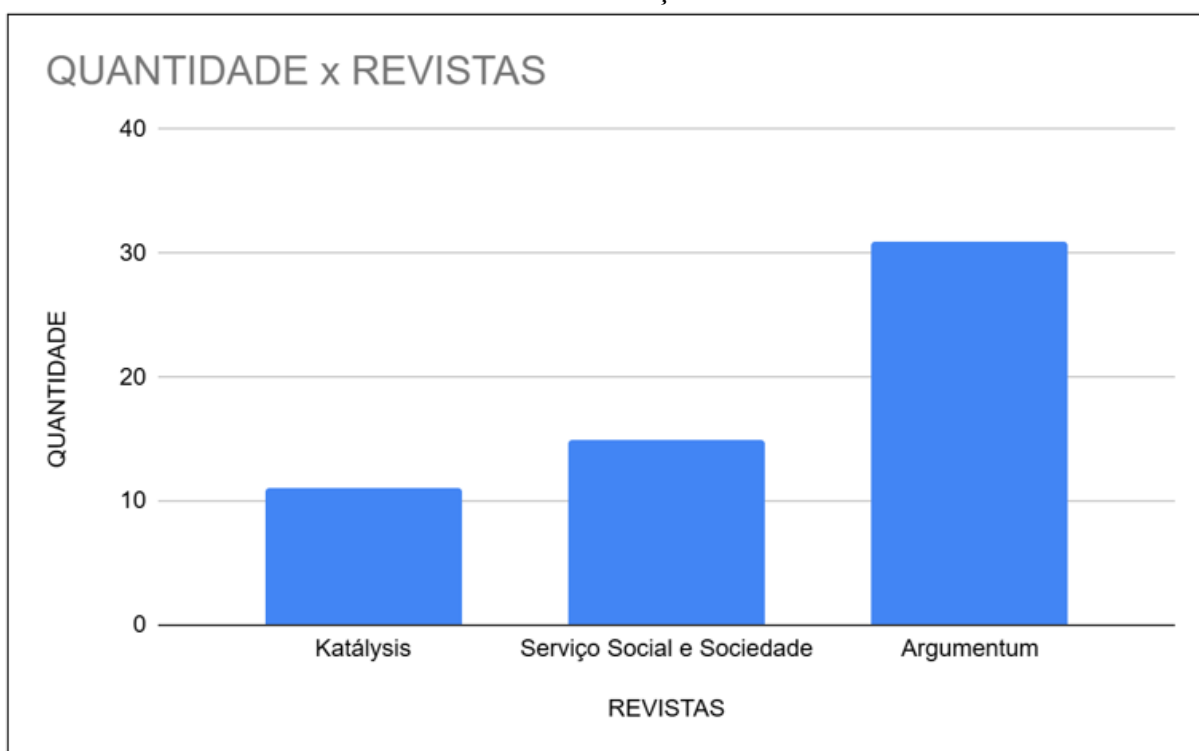
Tabela 1: Distribuição dos artigos publicados sobre a categoria financeirização no período de 2009 a 2024.

REVISTAS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM %
<i>Katálysis</i>	11	19,29
Serviço Social e Sociedade	15	26,3
<i>Argumentum</i>	31	54,38
TOTAL	57	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados pesquisados (2026).

O *Gráfico 1* apresenta, de forma comparativa, o quantitativo das publicações identificadas entre cada uma das revistas analisadas durante o período determinado:

GRÁFICO 1 – Quantitativo de publicações sobre categorias relacionadas à categoria financeirização.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados pesquisados (2026).

Através da distribuição apresentada, é possível observar uma concentração expressiva dos estudos na revista *Argumentum*, que corresponde a 31 artigos, responsável por 54,4% do total de publicações apresentadas. Em seguida, destaco a revista *Serviço Social e Sociedade*, com 15 artigos, correspondente à 26,3%. E *Katálysis*, que reúne 11 publicações, sendo

responsável por 19,29%.

Analisando os dados de acordo com os anos, conforme a *Tabela 2*, foi identificado o seguinte:

Tabela 2 - Análise quantitativa pelo decorrer dos anos de 2009 a 2024

ANO	SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE	KATÁLYSIS	ARGUMENTUM
2009	0	0	0
2010	02	0	03
2011	0	0	0
2012	01	0	04
2013	0	0	01
2014	0	0	0
2015	0	04	04
2016	01	0	05
2017	03	0	06
2018	01	02	02
2019	01	02	01
2020	0	01	01
2021	0	0	0
2022	0	0	0
2023	03	01	0
2024	03	01	04
TOTAL	15	11	31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados (2026).

Postas as informações, é evidente, que dentre as revistas analisadas, a revista *Argumentum* consolida-se como a principal divulgadora de estudos relacionados à financeirização do capital e seus respectivos impactos frente à categoria do Serviço Social, à políticas públicas, seguridade social e fundo público. Este resultado pode vir a ser explicado

pelo frequente debate crítico voltado à economia política, das políticas sociais e das transformações do capitalismo contemporâneo. Por outro lado, ambas as revistas *Serviço Social e Sociedade* e *Katálisis* também apresentam contribuição relevante para a temática, embora com menor incidência de publicações, evidenciando que o debate está presente em suas publicações, ainda que distribuído de forma desigual.

3.3 A discussão qualitativa da produção acadêmica sobre financeirização

A fim de se analisar qualitativamente as produções acadêmicas sobre a temática, foram selecionados, de cada revista, os dois artigos mais remotos e, posteriormente, dois mais contemporâneos entre os períodos de 2009 à 2024.

Inicialmente, foram analisados os artigos da revista *Serviço Social e Sociedade*. Seu artigo mais remoto, intitulado como “Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo” publicado no ano de 2010, de autoria do intelectual Evilásio Salvador, tem como premissa a discussão sobre o papel do fundo público no cenário atual. Na pesquisa, é formulado como os mercados financeiros passam a disputar os recursos do fundo público, o que impede a expansão dos direitos sociais.

Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público, pressionando pelo aumento das despesas financeiras do orçamento estatal, o que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais se constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais. Com isso, ocorre um aumento da transparência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é o combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas. Nesse bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público (Salvador, 2010, p. 606).

O autor também discorre sobre como a financeirização implica em pressionar políticas sociais. Além do mais, é descrito como benefícios da seguridade social como aposentadoria e seguro de saúde acabam por serem transformados em produtos no modo de produção capitalista.

O artigo analisa como as crises do capitalismo contemporâneo, especialmente a partir da década de 1970, reforçaram o papel do Estado no socorro ao sistema financeiro por meio do fundo público, ou seja, dos recursos arrecadados principalmente por impostos. O autor argumenta que, embora o discurso neoliberal defenda a redução da intervenção estatal, nas

crises financeiras os governos utilizam grandes volumes de recursos públicos para salvar bancos e instituições financeiras, socializando os prejuízos enquanto os lucros permanecem privados.

A crise financeira se instala primeiro nos bancos; a partir disso, há uma grande perda e o colapso tem seu início. Com a globalização financeira, a situação não se limita às fronteiras norte-americanas, uma vez que a securitização dos títulos gerou créditos espalhados em vários mercados financeiros no mundo. Quando a crise se instala, todo o discurso e a defesa da eficiência do mercado, da privatização, da desregulamentação se “desmancham no ar”, chamem o Estado, ou melhor, o fundo público para socializar os prejuízos. Rapidamente o discurso da eficiência dos mercados parece ter sido esquecido (Salvador, 2010, p. 614).

No cenário brasileiro, o autor destaca que o sistema tributário é regressivo, pois a maior parte da arrecadação provém de impostos sobre o consumo, que pesam proporcionalmente mais sobre a população de baixa renda. Ao mesmo tempo, rendas do capital, lucros, dividendos e aplicações financeiras recebem tratamento tributário privilegiado. Assim, os trabalhadores e os mais pobres financiam a maior parte do Estado, enquanto os grupos de maior renda contribuem relativamente menos. O artigo também mostra que grande parcela do orçamento público brasileiro é destinada ao pagamento de juros e amortização da dívida pública, beneficiando principalmente investidores e rentistas. Isso reduz os recursos disponíveis para políticas de seguridade social e limita a efetivação dos direitos garantidos pela Constituição de 1988.

Ao analisar a crise financeira internacional de 2008, o autor afirma que o Brasil também utilizou recursos públicos para apoiar o sistema financeiro. Embora programas sociais tenham ajudado a sustentar o consumo interno e reduzir os impactos da crise sobre a população, o governo priorizou medidas voltadas à estabilidade financeira, mantendo políticas de ajuste fiscal e restringindo a ampliação dos gastos sociais.

O autor conclui que o fundo público exerce um papel central tanto na reprodução do capitalismo quanto na garantia e viabilização dos direitos sociais. No entanto, no Brasil, sua utilização favorece predominantemente os interesses do capital financeiro, em detrimento das políticas sociais. Para reverter esse cenário, é necessário tornar o sistema tributário mais justo e assegurar que os recursos públicos sejam direcionados prioritariamente à promoção da cidadania, da redução das desigualdades e da efetivação dos direitos sociais.

No segundo artigo mais remoto da revista *Serviço Social e Sociedade*, é analisado o artigo intitulado como “Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea”, publicado também no ano de 2010 de autoria do intelectual Rafael Vieira Teixeira.

O texto analisa criticamente a concepção de política social do Banco Mundial para o Brasil no contexto do Consenso Pós-Washington, e sobretudo entre os anos de 2000 e 2003. O autor argumenta que, embora o Banco Mundial tenha passado a defender políticas voltadas para o combate à pobreza, essas propostas não representam uma ruptura com o neoliberalismo. Pelo contrário, constituem uma adaptação de sua estratégia para preservar o modelo capitalista diante do agravamento das desigualdades sociais provocadas pelos próprios ajustes econômicos recomendados pelo organismo internacional.

Além de assumir que há pobreza e desigualdade em números “inaceitáveis” e de forma crescente, os relatórios reconhecem ainda a insuficiência de combater esses níveis apenas via fortalecimento do mercado e crescimento econômico, evidenciando a contradição do discurso: “O crescimento continuará excluindo alguns indivíduos que estão no grau mais baixo da distribuição de renda” (Banco Mundial, 2001, p. 21, *apud* Teixeira, 2010, p. 657).

Baseia-se na análise de quatro relatórios oficiais do Banco Mundial sobre pobreza e políticas sociais no Brasil com o objetivo de compreender qual é a concepção de política social defendida pelo Banco após o Consenso Pós-Washington, que, segundo o autor, o passou a reconhecer que as reformas neoliberais implementadas desde a década de 1990 produziram graves consequências sociais, como aumento da pobreza e sua focalização, o desemprego e a desigualdade social. Entretanto, esse reconhecimento não significa uma revisão dos princípios econômicos neoliberais, mas apenas a criação de políticas compensatórias voltadas para minimizar os seus efeitos.

Soma-se ainda a noção de participação difundida em paralelo à desresponsabilização do Estado no provimento das necessidades sociais, funcionando como um chamamento moral a todos no compromisso com os desfavorecidos. Noção esta que oculta a readequação do papel do Estado como agente estratégico na manutenção e retomada dos princípios da sociedade burguesa, atuando na esfera macroeconômica em favor do grande capital e, por consequência (mas de maneira dissimulada), em desfavor das classes que têm apenas a força de trabalho para vender[...] (Teixeira, 2010, p. 678).

Por outro lado, ao analisar os artigos mais contemporâneos da revista, identifiquei o artigo “Banco Mundial e a Teoria do Capital Humano: educação e conhecimento para o capital” publicado no ano de 2024 de autoria das intelectuais Virgínia Alves Carrara, Ana Lole e Mariana Brito Horta Nogueira.

Na produção, refletem sobre as políticas do Banco Mundial - BM dirigidas à educação na América Latina com ênfase no Brasil atrelado ao contexto de mundialização e

financeirização do capital. Argumentam que, nesta lógica neoliberal, a educação deixa de ser concebida como um direito e é transformada em mercadoria.

Em um contexto de Reforma do Estado (cf. Brasil, 1995), em que a educação e outras áreas sociais são consideradas atividades não exclusivas do Estado, abre-se espaço para a execução de políticas sociais por instituições privadas ou públicas não estatais. Isso reflete no artigo 20 da LDB (Brasil, 1996), que regula o funcionamento das instituições de ensino superior, incluindo as privadas, e estabelece as bases legais para diferenciar instituições sem fins lucrativos de empresas educacionais. Segundo Carvalho (2013), essa legislação tornou explícito um processo anteriormente dissimulado: a mercantilização da educação superior. Processo que amplia e aprofunda a transformação da educação em uma mercadoria, cujo valor é determinado pelo mercado, visando principalmente o lucro para proprietários e acionistas (Lole, Nogueira e Carrara, 2024, p. 12).

A elaboração articula a relação entre trabalho e educação sob uma ótica a partir das concepções de Karl Marx e Antônio Gramsci e, defendendo uma concepção de formação omnilateral e emancipatória, em oposição ao modelo educacional voltado para a “disciplina” da força de trabalho em potencial. Como conclusão, as autoras afirmam que as contrarreformas da educação superior no Brasil reforçam a mercantilização do ensino e a difusão da ideologia neoliberal, subordinando a educação aos interesses do capital e afastando-se de um projeto de formação emancipatória e crítica.

Outro artigo analisado em sua contemporaneidade foi o intitulado como “Tentáculos do capital via empréstimos consignados: Benefícios de Prestação Continuada (BPC) em disputa” de autoria das intelectuais Glênia Rouse da Costa e Solange Maria Teixeira, também publicado no ano de 2024. Nele, as autoras analisam a regulamentação dos empréstimos consignados para beneficiários do BPC como uma característica da expansão da financeirização sobre as políticas sociais. O ponto de partida é a lei nº 14.431/2022, sancionada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, que autorizou beneficiários do BPC solicitarem empréstimos consignados e ampliou a margem de comprometimento da renda, permitindo maior apropriação do benefício pelo sistema financeiro.

[...] Nessa perspectiva, os empréstimos são instrumentos do processo de acumulação capitalista, operados por bancos, que rendem valor acrescido de juros e constroem-se numa camuflada imagem que se desloca da extração de mais-valia, da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora [...] (Costa, Teixeira, 2024, p. 4).

Como conclusão, articulam que a incorporação do BPC ao mercado de crédito foi uma estratégia de expansão da acumulação financeira sobre recursos destinados à população

em situação de vulnerabilidade. Que a chamada “cidadania financeira” é interpretada como um discurso que legitima a mercantilização dos direitos sociais e intensifica a exploração da vulnerabilidade econômica e social.

Ademais, foram analisamos os artigos da revista *Katálisis*, seu artigo mais remoto, publicado no ano de 2015, intitulado como “A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público”, de autoria das intelectuais Janaína Albuquerque de Camargo Schmidt e Mossicléia Mendes da Silva. Juntas, analisaram a expansão da Política de Assistência Social no Brasil a partir dos anos 2000, destacando-se sua consolidação como política pública de responsabilidade estatal por meio da implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e de outras normativas que fortaleceram sua institucionalidade. As autoras evidenciam que, apesar desses importantes avanços, há grandes contradições.

Refletem que a expansão da assistência social ocorreu paralelamente ao enfraquecimento das demais políticas que compõem a Seguridade Social, como saúde e previdência além da predominância dos Programas de Transferência de Renda (PTR), especialmente o Programa Bolsa Família, em detrimento da ampliação da rede pública de serviços socioassistenciais do SUAS. Sob uma perspectiva crítica, as autoras concluem que embora a Política de Assistência Social tenha conquistado avanços institucionais relevantes e desempenhe papel importante na mitigação da pobreza extrema, sua expansão ocorre sob limites impostos pela lógica da financeirização e do ajuste fiscal. Desse modo, defendem o fortalecimento do SUAS e da rede pública de serviços socioassistenciais.

[...] Presencia-se um processo de privatização da saúde e previdência social e a construção da lógica do “cidadão-consumidor”, assim como a “centralidade da Assistência Social” (MOTA, 2008, p. 133). Ademais, essa centralidade da política em relação às demais que compõem a seguridade social, bem como a expansão incontestada de seus recursos, se realiza não por um expressivo investimento na consolidação de uma rede de serviços socioassistenciais pública, universal e de qualidade, mas pela prevalência dos Programas de Transferência de Renda. Tais programas, a despeito dos impactos no quadro geral da miséria neste país, têm concretizado uma espécie de dualidade em que se tem, de um lado, o deficiente SUAS, com os diversos serviços socioassistenciais e, de outro, a transferência e benefícios diretamente ao cidadão, sobretudo através do Programa Bolsa Família (PBF) (Schmidt, Silva, 2015, p. 89).

Analisando o segundo artigo intitulado como “Padrão atual de acumulação de capital, mundo do trabalho e reestruturação da previdência social no Brasil”, de autoria dos intelectuais Flávia Rebecca Fernandes Rocha e Eptácio Macário, publicado no ano de 2015. Foi possível analisar que as transformações da política de previdência social brasileira desde a

década de 1990, vem sofrendo sucessivas reformas previdenciárias e que isso não decorre do déficit financeiro, mas sim, da integração do projeto de reestruturação do Estado voltado à preservação da lucratividade do capital, especialmente do capital financeiro. Em suas reflexões os autores defendem que essas reformas fazem parte de um processo mais amplo de transferência dos custos da crise capitalista para a classe trabalhadora. Por fim, os autores concluem que as reformas da previdência expressam a lógica do capitalismo contemporâneo, do qual os direitos sociais são progressivamente restringidos para abrir novos espaços de valorização do capital financeiro.

Isso parece explicar a sanha das classes dominantes em realizar “contrarreformas” dos sistemas de previdência pública que implicam na diminuição de direitos universais derivados do trabalho e abrem espaços para o investimento privado das instituições financeiras numa quadra histórica marcada pela crise estrutural do capital. Entendemos, assim, que uma das chaves para a compreensão dos processos de privatização da previdência e a consequente reestruturação restritiva de direitos da previdência pública está na mundialização do capital, devido a necessidade de apropriação dos fundos públicos pelo capital e de criação de nichos de mercado para investimento privado (Rocha; Macário, 2015, p. 198).

Analisando os artigos mais contemporâneos da revista *Katálysis*, identifiquei a elaboração intitulada como “Crise, queda da taxa de lucro e a política social no capitalismo”, de autoria da intelectual Ednéia Alves de Oliveira, publicado em 2023, em que são analisadas as relações entre as crises do capitalismo, a lei da queda tendencial da taxa de lucro e o papel das políticas sociais, fundamentando-se em teorias marxistas em pesquisa bibliográfica e documental. Tem-se a compreensão de que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista e funcionam como mecanismos de reorganização de acumulação de capital, o que permite a recuperação das taxas dos lucros. Em síntese, a autora declara que as crises são indispensáveis à dinâmica do capitalismo, pois possibilitam a manutenção da acumulação e da lucratividade.

[...] podemos entender que as crises, processos imanentes do capital, reafirma a lei geral da acumulação de capital, pois promove a riqueza de um lado e extrema pobreza de outro, fazendo com que os trabalhadores excedentes necessitem de mais políticas sociais para sobreviver. Como as agências internacionais criaram direcionamentos para as políticas dos países periféricos que são diferentes dos países centrais, a saída oferece alternativas que vão dentro dos limites do próprio capitalismo, como investir na indústria, no controle inflacionário ao mesmo tempo que sinaliza para cortes substanciais nos benefícios trabalhistas ou sociais [...] (Oliveira, 2023, p. 200).

Nesse sentido, as políticas assumem caráter contraditório pois, em determinados

momentos são ampliadas para impulsionar a economia e garantir o consumo, enquanto em outros são reduzidas para valorização do capital. Ou seja, segundo a autora, a expansão de políticas sociais ou sua retração, responde às necessidades de reprodução do capitalismo, e não sobretudo à garantia de direitos sociais e seu acesso.

Em outra análise contemporânea da revista *Katálisis* intitulada, identifiquei a elaboração intitulada como “FUNPRESP: a privatização da previdência social dos servidores públicos federais”, de autoria da intelectual Viviane Aparecida Pereira Peres, publicado no ano de 2024. E, nele, é analisada a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), instituída pela Lei nº 12.618/2012, que estabeleceu o regime de previdência complementar para servidores públicos federais. Por essa mudança, os benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) passaram a ser limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), enquanto a parcela superior depende da adesão à previdência complementar baseada na capitalização individual. Para a autora, o modelo rompe com a lógica solidária da previdência pública e transfere aos trabalhadores os riscos do mercado financeiro.

Em síntese, o artigo afirma que a criação da FUNPRESP e as mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 aprofundam a privatização da previdência dos servidores públicos, além de enfraquecer o seu caráter público e solidário.

Para materializar essa previsão da emenda, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 1.119, de 25 de maio de 2022, convertida na Lei nº 14.463/2022, divulgada amplamente, principalmente por órgão do governo, como apenas a prorrogação do prazo para adesão a FUNPRESP, sem expor as significativas modificações, dentre elas: a mudança no cálculo dos valores de benefícios para os(as) trabalhadore(as) que fizerem opção de adesão a partir de 2022, cuja média aritmética passa a ser cem por cento do período contributivo e não mais oitenta por cento das maiores remunerações, o que pode impactar na diminuição dos valores das aposentadorias e pensões (Peres, 2024, p. 5).

Foram analisados também, utilizando-se dos mesmos critérios, os artigos publicados na revista *Argumentum*. Entre os dois artigos mais remotos, identifiquei o denominado como “A Previdência Social em pauta: notas para reflexão” publicado pelos intelectuais Rosa Maria Marques, Áquilas Mendes e Camila Kimie Ugino no ano de 2010. No artigo, os autores analisam a Previdência Social brasileira discutindo seus limites quanto à universalização da proteção social e quanto aos seus principais argumentos utilizados nas contrarreformas previdenciárias desde a Constituição Federal de 1988. Demonstram que, mesmo que tenha ocorrido aumento do número de trabalhadores que são contribuintes em 2007 e 2008, sobretudo nas regiões norte e nordeste, a cobertura previdenciária permanece de forma

limitada. Argumentam que a universalização da Previdência é restrita, uma vez que os trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho são atendidos, diferentemente daqueles inseridos informalmente.

Na verdade, era equivocado o entendimento de que o tratamento igual (em termos de benefícios e valores) e a permissão de que qualquer pessoa pudesse (mediante contribuição) se filiar à Previdência Social seriam instrumentos da universalização. Se o foi, efetivou-se na medida em que incorporou segmento importante dos rurais, quando, a estes trabalhadores, foi estendida a aposentadoria por velhice e diminuído o número de anos de elegibilidade - mas a isso ficou restrito. De fato, tal configuração somente foi possível porque a concessão de aposentadoria aos rurais não exige prévia contribuição (Marques, Mendes, Ugino, 2010, p. 11).

Os autores também refletem sobre a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite que o governo faça o uso de parte dos recursos que seriam destinados à Seguridade Social para outras finalidades, como o pagamento de dívidas, por exemplo.

Em síntese, o artigo destaca que a Constituição de 1988 representa um importante avanço quando observada a proteção social, de trabalhadores sejam urbanos ou rurais, salário-mínimo, questões que contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade. Porém, destacam que a Previdência, por ainda não alcançar a universalização, representa um cenário de negligência, uma vez que são impulsionados pelo discurso de déficit.

Ainda analisando-se os artigos mais remotos da revista *Argumentum*, foi identificado o artigo intitulado como “A Previdência Social Brasileira: perdas e perspectivas”, de autoria da intelectual Mariana Batich, publicado no ano de 2010. Trata-se do comentário nº1 sobre o artigo “A Previdência Social em pauta: notas para reflexão” (Marques, Mendes e Ugino, 2010), mencionado anteriormente.

A autora trouxe análises acerca das transformações da Previdência Social brasileira no contexto do neoliberalismo e da expansão do capital financeiro.

A internacionalização da economia brasileira pode ter trazido algumas vantagens para os consumidores, que puderam contar com produtos de melhor qualidade e preços mais baixos do que os nacionais, porém, provocou crise em vários setores da indústria nacional que, se não fecharam, tiveram que passar por um processo de profunda reestruturação industrial, o que provocou grande diminuição de postos de trabalhos e agravou ainda mais o problema do desemprego - que já era grave no país desde os anos 1980 seja por motivos econômicos, seja pela introdução de inovações tecnológicas que substituem homens por máquinas (Batich, 2010, p. 22).

A autora expressou que as contrarreformas desde a década de 1990 reduziram direitos sociais e favoreceram os interesses do capital financeiro e a valorização por meio de

aplicações e juros. Destacou o caráter focalizador que as políticas sociais são postas, substituindo completamente o seu caráter universalista previsto pela Constituição Federal de 1988. Expõe o fato de que o Estado passa a adotar políticas de ajuste fiscal, influenciado por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial, priorizando o pagamento da dívida pública.

Analisando as elaborações contemporâneas na revista *Argumentum*, identifiquei o artigo intitulado como “Capital-imperialismo e a expansão do setor de seguros brasileiro no século XXI” elaborado pelos intelectuais Rossi Henrique Soares, Deise Luiza da Silva Ferraz e Janaynna de Moura Ferraz publicado no ano de 2024.

Na elaboração, os autores analisam a expansão do setor de seguros no Brasil no século XXI como uma parte do processo do capital-imperialismo e da financeirização. Articulam que as seguradoras deixaram de atuar como mecanismos de proteção contra riscos e se tornaram importantes agentes da acumulação capitalista. No artigo, os autores trouxeram excelentes reflexões sobre os planos de saúde privados que:

[...]representam uma forma pela qual o setor de seguros se apropria diretamente de parte da renda da classe trabalhadora. Essa apropriação pode ocorrer pela venda direta de planos aos trabalhadores individuais, ou pela intermediação de outras empresas - que incluem nos famosos *pacotes de benefícios* o planos de saúde, com ou sem co-participação para seus empregados [...] não representa um benesse, tampouco uma dedução de taxa de lucro auferida pelo capitalista individual; é, antes, uma forma de direcionar parte do salário do/a trabalhador/a para o setor capitalista de saúde privada, via redução da autonomia da classe trabalhadora sobre a gestão de seu próprio salário (Chaves; Ferraz S.; Ferraz M., 2024, p. 105).

Juntos de bancos e fundos de pensão, integram o setor FIRE (Finance, Insurance and Real Estate) e concentram grandes volumes de recursos que são reinvestidos no mercado financeiro e contribuem para a centralização do capital. Identificam a predominância do capital portador de juros e do capital fictício no cenário contemporâneo capitalista. Por fim, os autores concluem que a expansão do mercado de seguros tem representado a expropriação financeira seja através da renda, seja através do mais-valor.

Ainda em análise dos artigos contemporâneos da revista *Argumentum*, foi identificado o artigo intitulado como “Fundo Público e Desenvolvimento Regional no Brasil: elementos para o debate no contexto do Novo Arcabouço Fiscal”, de autoria do intelectual Daniel Pereira Sampaio, publicado no ano de 2024.

No artigo, o autor buscou analisar as relações entre Fundo Público, o Novo

Arcabouço Fiscal (NAF) e o desenvolvimento regional brasileiro atrelado ao diálogo com os debates sobre austeridade fiscal e seus devidos impactos. Argumentou-se que o NAF representa a continuidade da política de austeridade agora aprofundada pelo tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante) e mantendo a prioridade do equilíbrio fiscal e do acúmulo do capital financeiro em detrimento de políticas sociais. Em síntese, o autor conclui que o NAF tende a limitar políticas e com isso, pode dificultar o projeto de redução das desigualdades. E isso reforça quais são as prioridades do capital que agora encontra-se financeirizado.

A ação do Estado, da política econômica e do fundo público no Brasil estão subordinadas à financeirização global e suas ações atuam no sentido de promover a acumulação, a concentração e a centralização do capital. O controle do déficit e da dívida pública são variáveis-chave da política econômica voltada para estas finalidades, o que tende a comprometer as condições para a reprodução social (Sampaio, 2024, p. 31).

3.4 Principais tendências analíticas sobre a abordagem de construções acadêmicas em Serviço Social acerca da categoria financeirização

Durante a pesquisa, ficou evidente que todas as construções acadêmicas do Serviço Social não abordam sobre a temática de financeirização apenas como um fenômeno econômico. Mas sim, como uma categoria que explica as transformações contemporâneas do capitalismo e seus desdobramentos.

Os intelectuais buscam, através de suas pesquisas, pautar essas reformulações e, sobretudo, buscam compreender como se repercute frente ao Estado e as condições de reprodução e sociabilidade da classe trabalhadora. Esta ótica está em consonância com os fundamentos teóricos apresentados no primeiro capítulo desta monografia, sobre a nova configuração do modo de produção capitalista e a crescente centralidade do capital portador de juros e do capital fictício.

Entre os temas de maior recorrência destaco as abordagens referentes à financeirização do capital; previdência social; políticas sociais; contrarreformas, neoliberalismo e a mercantilização de direitos. Estes eixos evidenciam o caráter crítico e renovador do Serviço Social, fortemente fundamentado e respaldado criticamente na economia política marxista, demonstrando que esferas do âmbito da viabilização e direitos passaram a disputar ainda mais por espaços frente à valorização do capital.

Outro aspecto bastante abordado refere-se ao fundo público. Em diversos artigos, é exposto o cenário em que, através de pagamentos de dívidas públicas, das diversas

contrarreformas e das políticas de austeridade fiscal, grande porcentagem de recursos públicos é direcionada para atender aos interesses do capital financeiro e, por consequência, limita-se investimentos que seriam direcionados às políticas sociais, comprometendo a realização de direitos previstos de forma constitucional e intensificando as desigualdades sociais.

Ademais, a sistematização realizada durante esta pesquisa, evidenciou que a produção acadêmica do Serviço Social tem contribuído de forma significativa para o aprofundamento do debate e entendimento sobre a financeirização e seus impactos na sociedade brasileira.

Os pesquisadores, apossando-se da temática, fortalecem a capacidade de interpretarmos novas expressões da questão social produzidas pelo capitalismo que está em constante movimento. Então, compreender a categoria financeirização como importante instrumento analítico, é fundamental para se compreender as transformações societárias em curso e os desafios colocados ao Serviço Social na luta pelos direitos sociais da classe trabalhadora.

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva. Portanto, as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com a finalidade descritiva e contemplativa. Para que os estudos e pesquisas tenham utilidade social é fundamental, além da clareza do projeto ético-político construído coletivamente pela categoria, o domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, alicerçado pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização dos processos de trabalho, em qualquer espaço ou âmbito de atuação onde o assistente social o realize (Fraga, 2010, p.46).

Mesmo que as sistematizações realizadas nesta pesquisa evidenciam um expressivo avanço de produções acadêmicas do Serviço Social quanto à categoria de financeirização, os resultados também demonstraram a existência de importantes segmentos que merecem ser considerados e/ou aprofundados nos estudos sobre as dimensões desse fenômeno. Embora esta pesquisa tenha alcançado o seu objetivo de sistematizar as produções acadêmicas do Serviço Social e realizar os seus devidos recortes temporais, é importante reconhecer os limites. Os recortes realizados permitiram a identificação das principais tendências teóricas, mas isto por si só não esgota as múltiplas possibilidades investigativas acerca da financeirização.

Desse modo, esta própria sistematização evidencia a necessidade do aprofundamento da temática em estudos futuros como forma de ampliar-se, de forma mais profunda e detalhada, o escopo desta investigação. Por exemplo no que diz respeito aos impactos

referentes à política habitacional, à saúde, educação, questões ambientais e novas formas de endividamento da classe trabalhadora brasileira, como por exemplo, o crescente estímulo e acesso à jogos de apostas, como “*Bets*” e “jogos do tigrinho” e suas lógicas especulativas. Há a necessidade do aprofundamento por tratar-se de um processo que reorganiza não apenas a economia, mas também as relações entre capital e trabalho, redefinindo os mecanismos de exploração da força de trabalho e expropriação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta presente monografia, buscou sistematizar e analisar as produções acadêmicas do Serviço Social acerca do tema financeirização. Buscou também, identificar as contribuições e interpretações quanto às transformações do capitalismo. Partindo de uma perspectiva materialista especialmente da crítica da economia política apresentada por Marx, foi possível identificar que a financeirização não simboliza ou descreve um fenômeno de forma isolada ou apenas que perpassa por uma dimensão econômica. Constitui uma expressão da história contemporânea e descreve uma das diversas formas que o capitalismo intensifica o seu processo de acumulação. E nesse aspecto, o capitalismo, em sua essência, manteve suas bases no aprofundamento de mecanismos capazes de intensificar a exploração da força de trabalho, da expropriação de direitos sociais e nas últimas décadas, a intensificação também da mercantilização de direitos sociais que são previstos na Constituição Federal de 1988 principalmente no artigo nº 6 que diz:

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Brasil, 1988, art.º6)

Durante o percurso da pesquisa, foi possível verificar que as construções acadêmicas do Serviço Social compreendem a categoria financeirização como indispensável para a análise contemporânea, sobretudo relacionado ao contexto brasileiro diante suas particularidades de um país latino-americano inserido de forma dependente na economia mundial.

Foi possível analisar que a subordinação do Estado às exigências da valorização financeira, constrói impactos significativos relacionados às políticas sociais diante a disputa pelo fundo público. Ou seja, em tempos de financeirização, a classe trabalhadora, é mais uma vez a classe mais afetada negativamente. Para além do sucateamento de políticas públicas e mercantilização de seus direitos, a classe trabalhadora tem recebido cada vez mais concessões de créditos, financiamentos, consignados, sem que se realize uma alteração estrutural, fazendo com que o uso do crédito se torne uma despesa fixa ampliando o superendividamento de milhares de famílias brasileiras.

Quando analisamos o contexto no último ano, esse cenário tem se agravado. Segundo dados apresentados em maio deste ano pelo Senado Federal (2026): “O Brasil atingiu, em 2026, o maior índice de endividamento das famílias desde o início da série histórica de Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)”. E os resultados

alcançados através do levantamento bibliográfico permite observarmos, que desde as primeiras elaborações, assistentes sociais já apresentavam análises críticas relacionadas justamente ao cenário de expropriação financeira e a precarização da reprodução de vida da classe trabalhadora.

Foi possível analisar que na revista *Argumentum* concentra-se a maior parte das elaborações relacionadas ao tema dentro dos recortes realizados, seguida da revista *Serviço Social e Social* e, posteriormente, a revista Katálisis. Este cenário evidencia que a categoria tem contribuído e conquistado espaço de forma progressiva acerca do tema, especialmente quando se diz sobre as transformações relacionadas à expropriação financeira, políticas públicas e fundo público. Também foi possível analisar que entre as elaborações existe uma forte concordância no viés crítico das análises, constituindo autores como Marx, François Chesnais e David Harvey.

Ademais, os objetivos propostos foram alcançados na medida em que foi possível realizar as sistematizações das produções acadêmicas, identificando de forma quantitativa e qualitativa, além de demonstrar a importante relevância pela busca de compreensão do cenário contemporâneo capitalista.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Nathaniely da Conceição. **Crédito consignado para o benefício socioassistencial do Auxílio Brasil: aprofundamento da expropriação financeira em tempos de ofensiva reacionária do capital**. (Programa Institucional de Iniciação Científica – PIP). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- CARVALHO, Deysianne Ulhôa de; MIRANDA, Bernardo Pádua Jardim de; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Financeirização e fragilidade do setor público brasileiro: um estudo para o período 2008-2014. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 67, 2017.
- CHAVES, Rossi Henrique Soares; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; FERRAZ, Janaynna de Moura. Capital-imperialismo e a expansão do setor de seguros brasileiro no século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 98–113, jan./abr. 2024.
- CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COSTA, Glênia Rouse da; TEIXEIRA, Solange Maria. Tentáculos do capital via empréstimos consignados: Benefício de Prestação Continuada (BPC) em disputa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 149, 2024.
- COUTO, Berenice Rojas. Proteção social em tempos de capitalismo financeiro. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 22–23, jul./dez. 2015.
- COX, Robert W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. Tradução de Caio Gontijo. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10–37, 2021.
- FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40–64, jan./mar. 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 3. 1930: miscelânea. Tradução de Ivete Simionatto, Maria del Carmen Cortizo e Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 7–21, jul./dez. 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017

MELLO, Gustavo M. de C.; NATAKANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização**: Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MORAIS E SILVA, Flávia Carvalho. **O processo de financeirização da economia brasileira no período de 1995 e 2014**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17–27, 2013.

NOGUEIRA, Mariana Brito Horta; LOLE, Ana; CARRARA, Virgínia Alves. Banco Mundial e a Teoria do Capital Humano: educação e conhecimento para o capital. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 149, 2024.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. Crise, queda da taxa de lucro e a política social no capitalismo. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 193–201, 2023.

PERES, Viviane Aparecida Pereira. FUNPRESP: a privatização da previdência social dos servidores públicos federais. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 27, e96281, 2024.

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. A pós-graduação stricto sensu brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. **Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea**, 22(57), 2024. <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>.

RAMOS, Leonardo. **A contribuição neogramsciana para os estudos internacionais**. In: BUGIATO, Caio (Org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Phillos Academy, cap. 6, p. 144–178, 2020.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. **O endividamento da classe trabalhadora do Brasil nos anos 2000**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes; MACÁRIO, Eptácio. Padrão atual de acumulação de capital, mundo do trabalho e reestruturação da previdência social no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 191–201, jul./dez. 2015.

SABADINI, Mauricio de Souza; CAMPOS, Fábio Antônio de. **Introdução à crítica da financeirização**: Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605–631, out./dez. 2010.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Fundo público e desenvolvimento regional no Brasil: elementos para debate no contexto do novo arcabouço fiscal. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 30–39, jan./abr. 2024.

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo; SILVA, Mossicléia Mendes da. A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86–94, jan./jun. 2015.

SENADO FEDERAL. **Dívidas em recorde assombram as famílias brasileiras**. Brasília, 29 maio 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2026/05/dividas-em-recorde-assombram-as-familias-brasileiras>. Acesso em: 10 jul. 2026.

TEIXEIRA, Rafael Vieira. Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 650–680, out./dez. 2010.

TONELO, Iuri. **No entanto ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TABELA - RELAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS NA PESQUISA – REVISTAS SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, *KATÁLYSIS* E *ARGUMENTUM*.

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
1	2010	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo	Evilasio Salvador	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/abstract/?lang=pt
2	2010	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea	Rafael Vieira Teixeira	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/pTgx9LRQcJbkSHpQvHRyczv/?lang=pt
3	2012	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Fundo público e seguridade social no Brasil	Dirce Maria Martinello	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RbkmVcbRBMrbkYqPpgQgdNc/?lang=pt
4	2016	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório	Rodrigo Fernandes Ribeiro e Ricardo Lara	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/By5gtMcMPFJ5V4qf5qKQrFw/abstract/?lang=pt
5	2017	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Capitalismo, crise e conjuntura	Virgínia Fontes	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6NmRJcx4Z98gmSSp4cCwLy/abstract/?lang=pt
6	2017	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal	Evilasio da Silva Salvador	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mT566rdLKQ8crx5qQ4z7W9k/abstract/?lang=pt

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
7	2017	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social	Daniela Ribeiro Castilho, Esther Luíza de Souza Lemos, Vera Lúcia Batista Gomes	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8h4LWxL5tPkvnNpDX7XHY6F/?lang=pt
8	2018	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	A expropriação da previdência pública como estratégia de financeirização do capital	Júlio César Lopes de Jesus	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/SGs3vQNrfBstgt99ZZr3prz/abstract/?lang=pt
9	2019	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018	Mauri Antônio da Silva	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jyZcd4kYKwpSNCL6mSRxc9j/abstract/?lang=pt
10	2023	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Mundialização e dependência: contradições contemporâneas do capitalismo dependente no Brasil	Ricardo Souza Araújo	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TkHt6MBrc3LKyWvfYsDQy6p/?lang=pt

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
11	2023	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho	Camila Caroline de O. Ferreira	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cqFQDzNgQjxFbgxctjBfXQh/abstract/?lang=pt
12	2023	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	(Re)Atualizações das relações de dependência com a neoliberalização do capital financeiro	Ana Valéria Matias Cardoso, Solange Maria Teixeira	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nPmLJM8tBdv mKzsRR7HkwyF/abstract/?lang=pt
13	2024	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Políticas Sociais e orçamento público em um estado de exceção permanente (2013-2021)	Telma Ferreira Farias Teles Costa, Arnaldo Provasi Lanzara	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/H3fHNYBpkdvFkZ37wBPfqKj/?lang=pt
14	2024	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Tentáculos do capital via empréstimos consignados: Benefício de Prestação Continuada (BPC) em disputa	Glênia Rouse da Costa, Solange Maria Teixeira	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/9c9NDXDPbTRzDWN7hVxRhDn/?lang=pt

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
15	2024	<i>Serviço Social e Sociedade</i>	Banco Mundial e a Teoria do Capital Humano: educação e conhecimento para o capital	Mariana Brito Horta Nogueira, Ana Lole, Virgínia Alves Carrara	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3TbGyFpCRfyRyYJCBhXYHdw/?lang=pt
16	2015	<i>Katálisis</i>	A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público	Janaina Albuquerque de Camargo Schmidt, Mossicléia Mendes da Silva	https://www.scielo.br/j/rk/a/WGSvLQHj8BLz4Z6LXqgvFtP/?lang=pt
17	2015	<i>Katálisis</i>	Padrão atual de acumulação de capital, mundo do trabalho e reestruturação da previdência social do Brasil	Flávia Rebecca Fernandes Rocha, Epitácio Macário	https://www.scielo.br/j/rk/a/PYqvX6fDyPc6ZB3qBSc8mNF/?lang=pt
18	2015	<i>Katálisis</i>	A previdência social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição	Edivane de Jesus	https://www.scielo.br/j/rk/a/8xyWrD5W7R8x4Hr97xcPWwb/?lang=pt

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
19	2015	<i>Katálysis</i>	Finanças, fundo público e financiamento da Seguridade Social no Brasil	Osmar Gomes Alencar Junior, Evilasio da Silva Salvador	https://www.scielo.br/j/rk/a/vndFNHzT4DYH5QRdb7Kyjsj/?lang=pt
20	2018	<i>Katálysis</i>	Hegemonia e políticas sociais no Brasil: contribuições ao debate sobre vinculação orçamentária	Isabela Ramos Ribeiro, Evilasio da Silva Salvador	https://www.scielo.br/j/rk/a/tVdDSY5VL5DM7RfhBN8fhCt/?lang=pt
21	2018	<i>Katálysis</i>	Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo	Morena Gomes Marques	https://www.scielo.br/j/rk/a/45Hqxk8QY5qgvWjtNgDkH8F/?lang=pt
22	2019	<i>Katálysis</i>	Proteção social no capitalismo contemporâneo: contrarreformas e regressões dos direitos sociais.	Maria Lucia Lopes da Silva	https://www.scielo.br/j/rk/a/97cm4Ztf5pfLMmy6cNtyYHk/?lang=pt

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
23	2019	<i>Katálisis</i>	A unidade financeirização e autorreprodução do capital: pressupostos marxianos e elementos contemporâneos	Rodrigo Fernandes Ribeiro	https://www.scielo.br/j/rk/a/TVwNGH6JhBmFhjQxyB6Nmqf/abstract/?lang=pt
24	2020	<i>Katálisis</i>	Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas.	Laudicena Barreto	https://www.scielo.br/j/rk/a/wq56wB5XDJjcy5qfVnR76LL/?lang=pt
25	2023	<i>Katálisis</i>	Crise, queda da taxa de lucro e a política social no capitalismo	Ednéia Alves de Oliveira	https://www.scielo.br/j/rk/a/g3mmwvSvFnmv5PK3cpYVtXG/?lang=pt
26	2024	<i>Katálisis</i>	FUNPRESP: a privatização da previdência social dos servidores públicos federais	Viviane Aparecida Pereira Peres	https://www.scielo.br/j/rk/a/PLRmyjjckWqbnZH3svZj7Mx/?lang=pt

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
27	2010	<i>Argumentum</i>	A Previdência Social em pauta: notas para reflexão	Rosa Maria Marques, Áquilas Mendes, Camila Kimie Uginô	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/330/241
28	2010	<i>Argumentum</i>	A Previdência Social Brasileira: perdas e perspectivas	Mariana Batich	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/331/242
29	2010	<i>Argumentum</i>	A Previdência Social (e não só ela) em questão: notas aditivas à reflexão de Rosa Marques, Áquila Mendes e Camila Uginô	Maria Lúcia T. Werneck Vianna	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/332/243
30	2012	<i>Argumentum</i>	Crise capitalista e reconfiguração das políticas sociais	Luis Jorge Pessoa de Mendonça, Ana Targina Rodrigues Ferraz	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/3459/2731
31	2012	<i>Argumentum</i>	A proteção social na crise do capital: a situação da Escandinávia	Evilásio Salvador	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/3464/2733

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
32	2012	<i>Argumentum</i>	Impactos da crise no modelo escandinavo de proteção social: Apontamentos acerca do texto de Peter Abrahamson	Ana Paula Ornellas Mauriel	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/3463/2721
33	2012	<i>Argumentum</i>	Capitalismo e barbárie contemporânea	José Paulo Netto	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028
34	2013	<i>Argumentum</i>	Estado e Crise do Capital: debatendo as perdas da proteção social.	Karla Fernanda Valle	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/4840
35	2015	<i>Argumentum</i>	Capitalismo Contemporâneo: tendências e desafios da política social	Franciani Bernardes Frizera, Desirée Cipriano Rabelo, Maria Lúcia Teixeira Garcia	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11634

**Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa
(continua)**

Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
36	2015	<i>Argumentum</i>	O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo	Rosa Maria Marques	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10517
37	2015	<i>Argumentum</i>	Proteção social em tempos de capitalismo financeiro	Berenice Rojas Couto	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11400
38	2015	<i>Argumentum</i>	Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea	Pedro Rozales R. Dominczak	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11632
39	2016	<i>Argumentum</i>	O Desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social	Maria Carmelita Yazbek	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12139
40	2016	<i>Argumentum</i>	Políticas sociais e crise capitalista: desafios para o serviço social	Ana Targina Rodrigues Ferraz	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12176

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
41	2016	<i>Argumentum</i>	Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina	Cristiane Luíza Sabino De Souza	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11827
42	2016	<i>Argumentum</i>	A política social no contexto de crise: particularidades do caso brasileiro	Milena Gomes De Medeiros, Franciclécia De Sousa Barreto Silva	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11079
43	2016	<i>Argumentum</i>	Mundialização do capital e mobilidade humana: cenários, atores e políticas	Marluce Souza E Silva, Imar Domingos Queiróz, Vera Ferreira	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13270
44	2017	<i>Argumentum</i>	Financeirização e criminalização da pobreza: ênfases do desenvolvimento na crise do capital	Tatiana Dahmer Pereira	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15181
45	2017	<i>Argumentum</i>	Trabalho e Previdência Social na América Latina	Ana Targina Rodrigues Ferraz e Franciani Bernardes	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18606

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
46	2017	<i>Argumentum</i>	O Brasil é chamado à ordem	Rosa Maria Marques, Camila Kimie Ugino	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17944
47	2017	<i>Argumentum</i>	A proteção social em tempos sem brios	Camila Potyara Pereira	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17945
48	2017	<i>Argumentum</i>	A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais	Ana Elizabete Mota	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18217
49	2017	<i>Argumentum</i>	Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da Previdência: elos da financeirização	Rivânia Lúcia Moura De Assis	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/16917
50	2018	<i>Argumentum</i>	A urgência do debate: as contrarreformas na política de saúde no governo Temer	Mary Jane De Oliveira Teixeira	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19495/13179

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
51	2018	<i>Argumentum</i>	A captura do fundo público na política de saúde: o fortalecimento do setor privado	Viviane Medeiros Dos Santos	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18682
52	2019	<i>Argumentum</i>	Estado neoliberal VS projeto democratizante: implicações na Política de Assistência Social Brasileira	Paula Raquel Da Silva Jales, Solange Maria Teixeira	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/22850
53	2020	<i>Argumentum</i>	A gravidade do neoliberalismo radical pós 2008 e nossas estratégias de resistência	Eduardo Mourão Vasconcelos	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30483
54	2024	<i>Argumentum</i>	O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais	Evilasio Salvador	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44218

Tabela - Relação dos artigos analisados na pesquisa (continua)					
Número	Ano	Revista	Título	Autor(es)	Link para acesso
55	2024	<i>Argumentum</i>	Novo Arcabouço Fiscal: regime fiscal sustentável para o capital e destrutivo para o trabalho	Osmar Gomes De Alencar Júnior	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44445
56	2024	<i>Argumentum</i>	Fundo Público e Desenvolvimento Regional no Brasil: elementos para debate no contexto do Novo Arcabouço Fiscal	Daniel Pereira Sampaio	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44444
57	2024	<i>Argumentum</i>	Capital-imperialismo e a expansão do setor de seguros brasileiro no século XXI	Rossi Henrique Soares Chaves, Deise Luiza Da Silva Ferraz, Janaynna De Moura Ferraz	https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/41988